

YI JARAQUA



UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
ARQUITETURA E URBANISMO

REESTRUTURAÇÃO EM ETAPAS DE ALDEIA INDÍGENA URBANA
TEKOA PYAU - TERRA INDÍGENA DO JARAGUÁ, SP

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao
Instituto de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade São Judas Tadeu

Orientando: Amanda Deia de Souza
Orientador: Erick Vicente

SÃO PAULO
2023

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste Trabalho Final de Graduação foi um grande desafio para mim e tenho muito orgulho do resultado até aqui.

Gostaria de agradecer primeiramente a minha mãe, por sempre me apoiar em todas as minhas decisões e me incentivar a nunca desistir dos meus objetivos. Sem ela nada disso seria possível.

Ao meu namorado por todo carinho, apoio, compreensão e por estar sempre ao meu lado.

Aos meus familiares e minhas amigas, que sempre me motivaram e incentivaram a chegar até aqui.

Aos amigos que fiz durante esses anos de graduação, que compartilharam comigo todas as angústias e momentos difíceis que tivemos nessa jornada. Nos divertimos, apoiamos e ensinamos uns aos outros desde o primeiro semestre, e chegamos até aqui juntos e unidos.

Agradeço imensamente ao meu orientador Erick Vicente, que foi essencial para o desenvolvimento desse projeto, e também pela forma que lecionou todo esse processo, tornando-o mais leve.

E por último, mas extremamente importante, não tenho palavras para agradecer os líderes e ativistas indígenas das aldeias da TI Jaraguá que foram extremamente solícitos ao me receber em suas terras em todas as visitas técnicas que precisei fazer para entender quais eram as reais demandas necessárias para a revitalização da Aldeia Pyau, sem eles esse trabalho teria um resultado baseado no senso e dados comuns. Conhecer, entender e ver pessoalmente toda essa realidade foi uma experiência incrível e que considero essencial para minha formação e próximos passos profissionais.

“O que as pessoas não entendem, é que a real beleza da arquitetura se dá a sua função e ao que ela abriga.”

– Sú Franke



RESUMO

Este trabalho tem como tema a reestruturação de uma das aldeias da Terra Indígena do Jaraguá - São Paulo, baseada no entendimento das principais problemáticas que causam o abandono e negligência com as comunidades originárias no Brasil.

A pesquisa busca contextualizar e, reconhecer o porquê do país estar passando por uma possível crise relacionada aos povos indígenas. Nesse sentido, o trabalho inicia com: breve descrição do momento em que os colonizadores chegaram ao território; exposição da importância da preservação da cultura e conhecimentos nativos; levantamento de quais são os órgãos e leis que garantem os direitos indígenas, descrição dos principais conflitos que atrasam os processos e muitas vezes violam as leis; entendimento dos problemas

específicos da Terra Indígena do Jaraguá, que está inserida em um contexto urbano; e o levantamento das principais características de organização das comunidades e quais as técnicas utilizadas para concepção de suas moradias.

Após o entendimento de todas as questões expostas acima, o trabalho traz referências projetuais contemporâneas que partem da interpretação da cultura construtiva dos índios brasileiros, buscando apresentar quais as possibilidades de intervenção. A compreensão das premissas do lugar de inserção da aldeia também são condicionantes que influenciarão o produto final.

PALAVRAS-CHAVES: Indígenas, cultura, costumes, terra indígena, direitos indígenas, homologação, Jaraguá.

ABSTRACT

This work has as its theme to attend to one of the villages of the Terra Indígena do Jaraguá - São Paulo, based on the understanding of the main problems that cause abandonment and neglect with the original communities in Brazil.

The research seeks to contextualize and recognize why the country is going through a possible crisis related to indigenous peoples. In this sense, the work begins with: a brief description of the moment when the colonizers arrived in the territory; exposure of the importance of preserving native culture and knowledge; survey of which bodies and laws guarantee indigenous rights, description of the main conflicts that delay processes and often violate the laws; understanding of the specific problems of the Indigenous Land of Jaraguá,

which is inserted in an urban context; and a survey of the main organizational characteristics of the communities and the techniques used to design their homes.

After understanding all the issues set out above, the work brings contemporary design references that depart from the interpretation of the constructive culture of the Brazilian Indians, seeking to present the possibilities of intervention. Understanding the premises of the village's place of insertion are also conditioning factors that will influence the final product.

KEYWORDS: Indigenous, culture, mores, indigenous land, indigenous rights, homologation.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CECI – Centro Educacional e Cultura Indígena
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA – Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COMPISP – Conselho Municipal dos Povos Indígenas do Município de São Paulo
COPIND – Coordenação dos Povos Indígenas
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
ECI – Estudo de Componente Indígena
ETNICOEDUC – Educação para as relações étnico-raciais
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
ISA – Instituto Socioambiental
ONG – Organização não governamental
PNPI – Plano Nacional de Política Indigenista
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
STF – Supremo Tribunal Federal
TI – Terra Indígena
ONU – Organização das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Infográfico de comparação da quantidade de população indígena.
FIGURA 2: Infográfico de comparação da quantidade de população indígena.
FIGURA 3: Mapa de possível divisão territorial brasileira antes de 1500.
FIGURA 4: Mulheres indígenas em foto para campanha do #PovosDaFloresta.
FIGURA 5: Protesto indígena contra a Tese do Marco Temporal – 2021
FIGURA 6: Organização da rede de programas indígenas
FIGURA 7: Indicação dos territórios indígenas demarcados no Brasil.
FIGURA 8: Indicação dos territórios indígenas em São Paulo.
FIGURA 9: Comparação do território demarcado x homologado.
FIGURA 10: Diagrama representando o tamanho aproximado do território homologado.
FIGURA 11: Fachada CECI Jaraguá.
FIGURA 12: Alunos do CECI Jaraguá em evento cultural da Tekoa Pyau.
FIGURA 13: Ocupação indígena no terreno desmatado pela Tenda.

FIGURA 14: Indígena em protesto pelo desmatamento da Tenda.
FIGURA 15: Crianças Guarani na ação de plantio.
FIGURA 16: Criança voluntária na ação de plantio.
FIGURA 17: Voluntários na ação de plantio.
FIGURA 18: Casas e moradores da Aldeia Pyau
FIGURA 19: Descarte irregular de lixo dentro da Aldeia Pyau
FIGURA 20: Situação da Aldeia Pyau.
FIGURA 21: Casa construída com a técnica Pau a Pique.
FIGURA 22: Oca tradicional dos povos Indígenas Xingu.
FIGURA 23: Maloca tradicional dos povos Indígenas Xingu
FIGURA 24: Vista interna da *Opy Yvy Pora Jaragua*
FIGURA 25: Implantação da Tekoa Pyau (local de intervenção). Destaque para a *Opy*.
FIGURA 26: Processo construtivo da técnica Pau a Pique, tradicional dos povos Guarani.
FIGURA 27: Estrutura de casa tradicional dos povos Guarani.
FIGURA 28: Processo de fechamento tradicional em barro, pau a pique.
FIGURA 29: Detalhes da construção de uma das casas da Aldeia Pyau.
FIGURA 30: Moradia Guarani vista de fora – Grupo Fresta

FIGURA 31: Diagramas de concepção estrutural – Grupo Fresta
FIGURA 32: Moradia Guarani em construção – foco para a estruturação do telhado – Grupo Fresta.
FIGURA 33: Detalhamento estrutural cobertura. – Grupo Fresta
FIGURA 34: Detalhamento estrutural cobertura. – Grupo Fresta
FIGURA 35: Detalhamento base estrutural e sistema de encaixes – Grupo Fresta
FIGURA 36: Especificação de materiais para fechamento externo.
FIGURA 37: Diagrama de ventilação cruzada e 2 tipologias possíveis.
FIGURA 38: Tipologias possíveis.
FIGURA 39: Implantação térrea e elevada dos protótipos.
FIGURA 40: Vista aérea casa Yawanawá.
FIGURA 41: Implantação Casa Yawanawá
FIGURA 42: Maquete eletrônica Casa Yawanawa.
FIGURA 43: Cortes esquemáticos Casa Yawanawá.
FIGURA 44: Materialidade utilizada no projeto Casa Yawanawá.
FIGURA 45: Estrutura Casa Yawanawá.
FIGURA 46: Materialidade utilizada no projeto Casa Yawanawá.
FIGURA 47: Tipologias Casa Yawanawá.

FIGURA 48: Diagrama setores Casa Yawanawá .
FIGURA 49: Diagrama fluxos Casa Yawanawá.
FIGURA 50: Vista aérea Aldeia SOS Amazonas.
FIGURA 51: Vista aérea Aldeia SOS Amazonas.
FIGURA 52: Implantação + diagrama de circulação de ventos.
FIGURA 53: Cortes esquemáticos + diagramas de circulação cruzada.
FIGURA 54: Mapa de localização do município de São Paulo.
FIGURA 55: Mapa de localização do bairro do Jaraguá.
FIGURA 56: Diagrama sobreposição de áreas na TI Jaraguá.
FIGURA 57: Diagrama de delimitação do lote e a topografia.
FIGURA 58: Imagem aérea do lote via satélite.
FIGURA 59: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para a o escoamento de água sem encanamento.
FIGURA 60: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para o descarte irregular de lixo.
FIGURA 61: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para o fechamento improvisado, com pouca segurança.
FIGURA 62: Vista aérea da Aldeia Pyau, destaque para o “cercamento” da Aldeia em relação a Rodovia e ruas.

FIGURA 63: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para a falta de manutenção da calçadas.

FIGURA 64: Mapa de zoneamento no entorno do lote.

FIGURA 65: Mapa de uso predominante do solo no entorno do lote.

FIGURA 66: Mapa de densidade demográfica no entorno do lote.

FIGURA 67: Mapa de meio físico no entorno do lote.

FIGURA 68: Mapa de transporte público no entorno do lote.

FIGURA 69: Mapa de equipamentos públicos no entorno do lote.

FIGURA 70: Diagrama de incidência solar no terreno.

FIGURA 71: Diagrama de incidência de ruído ao redor do terreno.

FIGURA 72: Diagrama implantação atual, com construções a serem mantidas em destaque.

FIGURA 73: Implantação atual, e corte destacando a topografia do terreno.

FIGURA 74: Diagrama de explicação da primeira etapa da reestruturação.

FIGURA 75: Diagrama de explicação da segunda etapa da reestruturação.

FIGURA 76: Diagrama de explicação da terceira etapa da reestruturação.

FIGURA 77: Diagrama de explicação da quarta

etapa da reestruturação.

FIGURA 78: Esboço de módulo e sua materialidade.

FIGURA 79: Espacialidade do módulo habitacional.

FIGURA 80: Espacialidade do módulo coletivo.

FIGURA 81: Planta

FIGURA 82: Diagrama

FIGURA 83: Diagrama

FIGURA 84: Corte

FIGURA 85: Corte

FIGURA 86: Planta

FIGURA 87: Planta

FIGURA 88: Planta

FIGURA 89: Corte

FIGURA 90: Diagrama

FIGURA 91: Planta

FIGURA 92: Planta

FIGURA 93: Corte

FIGURA 94: Diagrama

FIGURA 95: Imagem 3D

FIGURA 96: Imagem 3D

FIGURA 97: Imagem 3D

FIGURA 98: Imagem 3D

FIGURA 99: Imagem 3D

GRÁFICOS

1 - Homologação de Terras Indígenas por

Governo.

2 - Invasões a Terras Indígenas nos últimos anos.

1. Introdução

1. Introdução e objetivo 9

2. Contextualização

2.1 A chegada dos portugueses 12

2.2 A importância da preservação da cultura indígena 13

2.3 Órgãos responsáveis pela preservação dos direitos indígenas no Brasil 14

2.4 Políticas responsáveis pela preservação dos territórios indígenas 16

2.5 Conflitos de interesses 17

3. TI Jaraguá

3.1 A menor reserva indígena do país 20

3.2 Características e conflitos 21

3.3 Programas sociais indígenas em São Paulo 23

3.4 Desafios e necessidades 25

4. Arquitetura Indígena

4.1 Arquitetura Vernacular 28

4.2 Sistemas de organização Guarani 29

4.3 Materiais e técnicas construtivas 30

5. Rerefências projetuais

5.1 Moradia Guarani 34

5.2 Casa Yawanawa 40

5.3 Aldeia SOS 46

6. Estudo do local

6.1 Localização 52

6.2 O terreno 54

6.3 Análise entorno 56

7. Estudo preliminar

7.1 Premissas projetuais 64

7.2 Implantação atual 66

7.3 Programa 67

7.4 Etapas projetuais 68

8. Projeto

Epílogo

Considerações finais 90

Bibliografia 90

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é pesquisar os acontecimentos que trouxeram o Brasil até essa problemática, e entender quais ações são executadas atualmente para garantir os direitos dos povos originários, com ênfase para a Terra Indígena do Jaraguá (TI Jaraguá), que está inserida em um contexto completamente desfavorável por se tratar de uma área muito urbanizada e que tem altos índices de especulação imobiliária, aumentando a dificuldade da homologação para ampliação da reserva.

A demarcação de território indígena no Brasil é uma questão que envolve muitos conflitos de interesses e em diferentes setores do Estado Brasileiro. Essa pauta abrange desde as questões sociais até as econômicas, e por

esse motivo enfrenta diversos obstáculos, como a resistência de proprietários rurais, a falta de recursos e a lentidão nos processos.

A falta de territórios também tem impacto na preservação das culturas originárias, que são intimamente ligadas ao território e aos recursos naturais.

Sem acesso a seus territórios tradicionais, os indígenas passam por grandes consequências como: perda de identidade cultural e língua originária, deixam de praticar suas tradições, conhecimentos ancestrais e modos de vida, o que pode levar à extinção de suas culturas.

Além disso, a falta de território e invasão dos mesmos, impacta diretamente na saúde e bem-estar das pessoas que dependem dos territórios para produção de

alimentos, medicamentos e outros recursos.

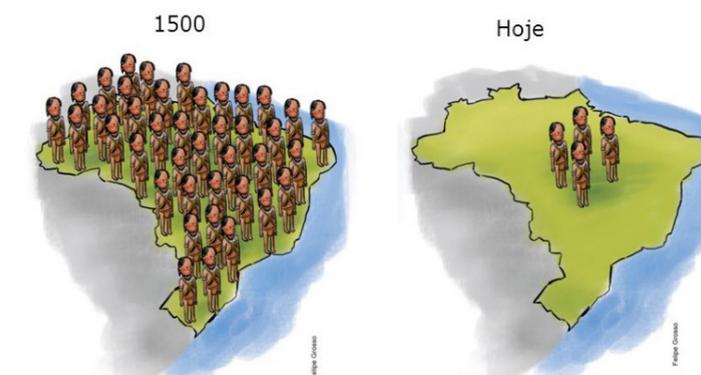


Figura 1: No infográfico acima vemos a representação do tamanho da população indígena antes da chegada dos portugueses e a população atual. Fonte: História Jaraguá - Felipe Grosso

Figura 2: No infográfico acima vemos a representação do tamanho da população indígena antes da chegada dos portugueses e a população atual. Fonte: História Jaraguá - Felipe Grosso

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 A CHEGADA DOS PORTUGUESES

A ocupação do território brasileiro pelos colonizadores portugueses em 1.500 marcou o início de uma série de conflitos e desafios enfrentados pelos povos indígenas que já habitavam o território.

Os portugueses se achavam superiores aos nativos e buscavam subjugar-los e convertê-los ao cristianismo, o próprio Caminha em sua carta escrita em 1.500 ao Rei Dom Manuel, comparou os indígenas à animais, os descrevendo como “gente bestial” e de pouco saber.

PROVÁVEL DIVISÃO TERRITORIAL EM 1.500

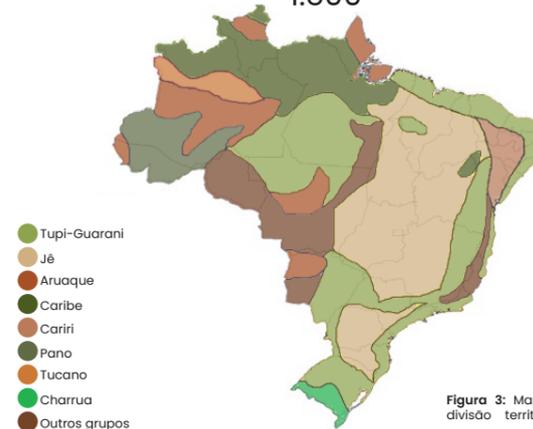


Figura 3: Mapa de provável divisão territorial brasileira antes de 1500
Fonte: Atlas Histórico Escolar

Um dos primeiros episódios de violência contra os povos indígenas foi a chamada “Repartição das Capitanias”, que concedeu terras a nobres portugueses sem levar em conta os direitos dos povos indígenas que já habitavam a região. Segundo Antonio Carlos Olivieri (Cronistas do descobrimento, p. 10 - 1999), isso levou a conflitos e disputas por terras ao longo dos anos, resultando no fracasso dessa divisão territorial.

Além disso, os portugueses introduziram doenças que os povos indígenas não tinham imunidade, levando a uma grande mortalidade e enfraquecimento das comunidades (“Saúde e povos indígenas” p. 29, por Ricardo V. Santos - 1994). A escravidão indígena também foi uma prática comum no período colonial, onde muitos foram capturados e vendidos como escravos.

Durante o século XIX, o processo de colonização continuou a afetar os povos indígenas. Em “Os Índios e a Civilização, 1970” o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro afirma que para sobreviver a cultura invasora, violenta

e desagregadora dos colonizadores, os indígenas precisaram passar por uma “transfiguração étnica”, e cada comunidade passou por isso de forma diferente. Algumas decidiram lutar, outras fugir e algumas simplesmente se deixaram “civilizar”.

No século XX, surgiram movimentos indígenas que reivindicavam o reconhecimento de seus direitos e a proteção de suas terras e culturas. Em 1988, a Constituição Federal do Brasil reconheceu os direitos dos índios e determinou a demarcação de suas terras. No entanto, a demarcação de territórios indígenas continua sendo um processo conturbado e muitas vezes enfrenta resistência por parte de proprietários rurais e empresas.

Nos últimos anos, tem havido um aumento da consciência e mobilização dos povos indígenas, lutando por seus direitos e a preservação de suas culturas. Apesar disso, muitos desafios ainda persistem, incluindo a invasão de terras por empresas e pessoas não-indígenas, a degradação do meio ambiente e a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação.



“Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas. Eles garantem a proteção das florestas que, por sua vez, regulam o clima, produzem a chuva e abrigam a maior biodiversidade do planeta, fonte de novos medicamentos e curas.” ISA #PovosDaFloresta

Figura 4: Mulheres indígenas em foto para campanha do #PovosDaFloresta
Fonte: ISA

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA.

A preservação da cultura indígena no Brasil é de extrema importância não só para o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, mas também para compreender melhor a história e impedir que as tradições dos povos originários do país desapareçam.

A cultura indígena é rica em conhecimentos e práticas que têm se mostrado fundamentais para a sobrevivência em um ambiente muitas vezes hostil. Além disso, a preservação da cultura indígena é importante para a manutenção da biodiversidade, o estudo *“Governança Florestal por Povos Indígenas e Tribais”* realizado pela ONU conclui que *“a presença dos povos indígenas é um fator para a conservação da biodiversidade”*.

Além disso, a preservação da cultura indígena é fundamental para garantir a continuidade desses povos e para promover a valorização da diversidade cultural do Brasil. É importante destacar que a preservação da cultura indígena não é uma questão exclusiva dos povos indígenas, mas sim de toda a sociedade brasileira, que pode se beneficiar de um maior conhecimento e respeito pela diversidade cultural do país.



Figura 5: Protesto indígena contra a Tese do Marco Temporal
Fonte: autor da foto desconhecido

2.3 ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL.

No Brasil atual, existem órgãos responsáveis pela preservação dos direitos indígenas, a fim de lutar para que esses direitos não sejam violados.

O principal órgão que trabalha a favor dos povos indígenas é a FUNAI -

Fundação Nacional do Índio, criada em 1967, é o órgão que atua em escala federal, ficando responsável por proteger e promover os direitos indígenas no Brasil. A FUNAI atua em diversas áreas, como demarcação de terras indígenas, fiscalização de atividades que possam afetar esses territórios e promoção de políticas de desenvolvimento sustentável.

Criada em 2010 a SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena, é a responsável pela coordenação e execução das políticas de saúde pública voltada para os povos indígenas. A SESAI atua em parceria com a FUNAI e outros órgãos para garantir o acesso dos povos indígenas a serviços de saúde de qualidade, garantindo a dignidade e o bem-estar desses povos.

Desde 1972, antes mesmo da Constituição de 1988, e durante a ditadura militar, o CIMI - Conselho Indigenista Missionário, organização da sociedade civil, atua em defesa dos direitos dos povos indígenas e também age em diversas escalas de proteção, como a denúncia de violação de direitos humanos, a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável e a luta pela demarcação de terras indígenas.

A COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, fundada em 1989 tem como missão defender os direitos dos povos indígenas, atuando em 9 estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), e é a maior organização indígena regional do Brasil, responsável por articular suas ações à diversas associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas, além de integrar também outras redes de organização indígena no âmbito

nacional e internacional, tendo ligação direta com a APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que busca a unificação das políticas e do movimento indigenista, e está vinculada também a COICA - Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, fundada em 1984 na cidade de Lima, no Peru, que é uma das maiores organizações indígenas do mundo, e busca orientar e somar as forças de todos os movimentos indigenistas existentes nos países que compõem a Bacia Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), a maior bacia hidrográfica do Brasil e do mundo, possuindo uma das maiores quantidades de água doce do planeta, com grande importância ambiental em escala mundial.

Essas são algumas das principais organizações que lutam pela preservação dos direitos e da cultura indígena, há ainda milhares de grupos menores que atuam em escala estadual e/ou municipal.

ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DA REDE COIAB



Figura 6: Organização da rede de programas indígenas
Fonte: COIAB

2.4 POLÍTICAS RESPONSÁVEIS PELA PRESERVAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS.

Além das organizações são necessárias políticas públicas, leis e normas constitucionais que ajudem a regular os direitos e os territórios indígenas, assegurando que a luta de todas as pessoas engajadas nessa causa tenha proteção jurídica.

A primeira e mais importante é o artigo 231 presente na Constituição Federal de 1988, que reconhece aos povos indígenas o direito originário cultural e territorial, garantindo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

A demarcação das terras indígenas também é uma atribuição da União,

conforme o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

“Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.”

A Lei nº6.001/1973 (Estatuto do Índio), estabelece normas gerais sobre a proteção dos povos indígenas no Brasil, garantindo-lhes, entre outros direitos, a posse permanente das terras que habitam.

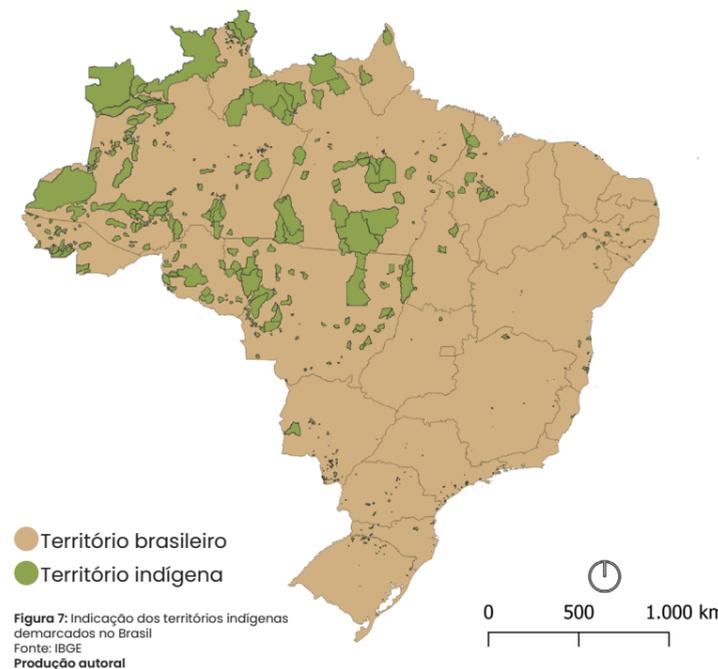
O decreto nº 1.775/1996, regulamenta o processo de demarcação das terras indígenas, estabelecendo as etapas e procedimentos que devem ser seguidos para a sua conclusão.

A Portaria nº 14/2020 da FUNAI, estabelece normas para a realização de estudos antropológicos, estabelecendo as etapas e procedimentos que devem ser seguidos para sua conclusão.

E o PNPI - Plano Nacional de Política Indigenista, estabelece as diretrizes e metas para a política indigenista do país, incluindo a proteção e demarcação das terras indígenas.

Apesar de todas essas leis, normas, e decretos a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios por conta do conflito de interesses econômicos sobre as terras indígenas e a falta de eficiência na efetivação da demarcação e proteção das mesmas.

TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS ATUALMENTE



2.5 CONFLITOS DE INTERESES

Como exposto até aqui, a demarcação de territórios indígenas no Brasil é frequentemente objeto de conflitos, que envolvem diversos atores, como indígenas, proprietários rurais, empresas e o Estado. Os principais conflitos gerados pela demarcação de territórios indígenas no Brasil estão ligados aos interesses econômicos, fundiários, ambientais e políticos.

- Conflitos fundiários: a demarcação de territórios indígenas pode gerar conflitos com proprietários rurais que ocupam a área, muitas vezes de forma ilegal. Esses conflitos podem envolver disputas judiciais, invasões de terras, violência e até mesmo assassinatos de indígenas e lideranças.

- Conflitos ambientais: a demarcação de territórios indígenas pode gerar conflitos com empresas que exploram recursos naturais na região, como madeiras, mineradoras e usinas hidrelétricas. Esses conflitos podem envolver

impactos ambientais, violações de direitos humanos e conflitos com as comunidades locais.

- Conflitos políticos: a demarcação de territórios indígenas também pode gerar conflitos políticos, envolvendo diferentes visões sobre o papel dos indígenas na sociedade brasileira e sobre a proteção do meio ambiente. Esses conflitos podem envolver disputas ideológicas, polarização e radicalização política.

Alguns exemplos de conflitos gerados pela demarcação de territórios indígenas no Brasil incluem a disputa pela terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que envolveu indígenas, proprietários rurais e o governo federal, e o conflito envolvendo a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que afetou comunidades indígenas e ribeirinhas.

Nos gráficos a seguir podemos observar como a gestão presidencial também influencia para a execução da LEI que garante todos os direitos indígenas.

HOMOLOGAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS POR GOVERNO

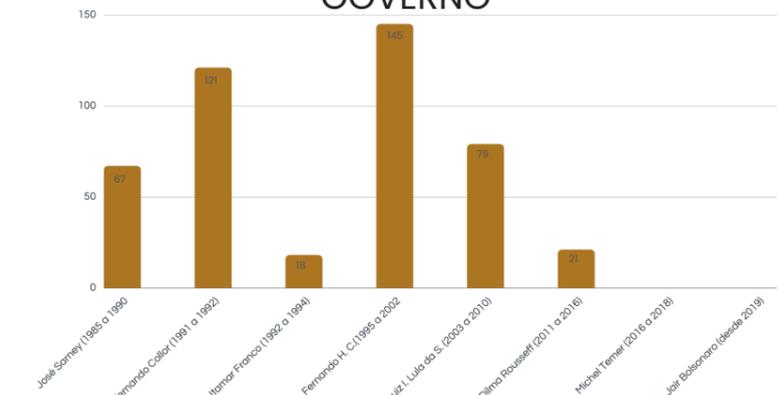


Gráfico 1
Fonte: CIMI
Produção autoral

“Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena. Ponto final” - Jair M. Bolsonaro

INVASÕES A TERRAS INDÍGENAS NOS ÚLTIMOS ANOS

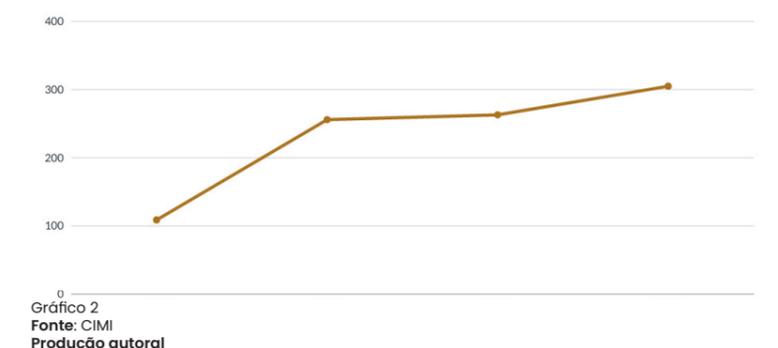


Gráfico 2
Fonte: CIMI
Produção autoral

3.1 A MENOR RESERVA INDÍGENA DO PAÍS

A ocupação dessa área por povos indígenas tem início documentado em 1960, porém estudos históricos da FUNAI constataam que a área é formada por um conjunto de terras ligadas a um aldeamento do século XVII, o aldeamento de Barueri. Contudo, a reserva foi demarcada e homologada em 1987, dando aos povos indígenas o direito de viver de acordo com sua cultura e costumes originários.

Apesar de homologada a área total da reserva é de apenas 1,7 hectare, aproximadamente 1 campo de futebol e meio, tornando-a a menor reserva indígena do país.

Cerca de 700 pessoas da etnia Guarani Mbya vivem atualmente em situação precária, uma vez que seu modo de vida originário foi inviabilizado por ações degradativas dos não indígenas.

Por esse motivo os Guarani do Jaraguá lutam há mais de 3 décadas pela ampliação de seu território para que tenham acesso aos recursos naturais presentes na Mata Atlântica remanescente que circunda as aldeias, ampliação essa que chegou a ser demarcada e declarada para uma área de 532 hectares, mas ainda aguarda homologação da Presidência da República e enfrenta também oposições em escala estadual, pois uma parte do território reivindicado pelos indígenas faz parte do Parque Estadual do Jaraguá que é uma área de preservação ambiental do Governo de São Paulo e o mesmo enxerga que essa sobreposição de áreas pode afetar a preservação da unidade de conservação, justificativa que não faz sentido para os Guarani, visto que a luta principal desse povo é manter a floresta viva para que possam praticar seu modo de vida tradicional que vive em harmonia com a natureza, respeitando-a e utilizando seus recursos com consciência.

Área declarada x área homologada TI Jaraguá

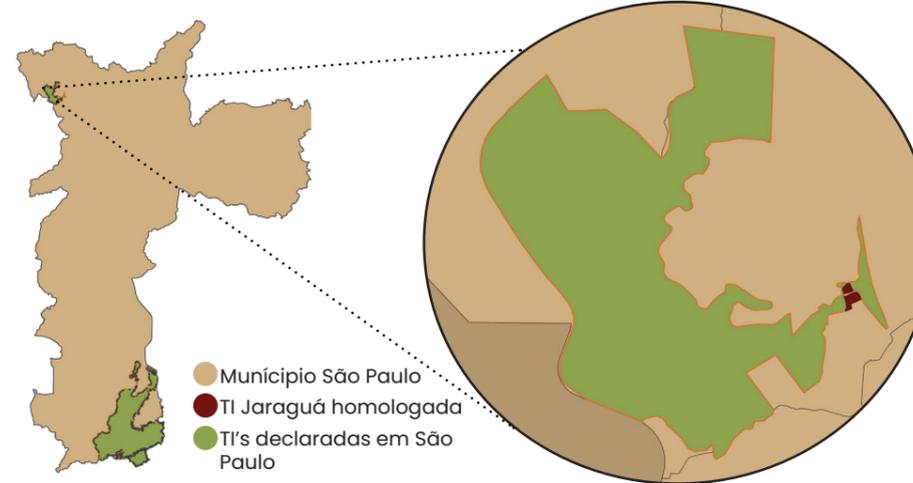


Figura 8: Indicação dos territórios indígenas em São Paulo
Fonte: GeoSampa
Produção autoral

Figura 9: Comparação do território demarcado x homologado
Fonte: GeoSampa
Produção autoral

Equivalência da área homologada

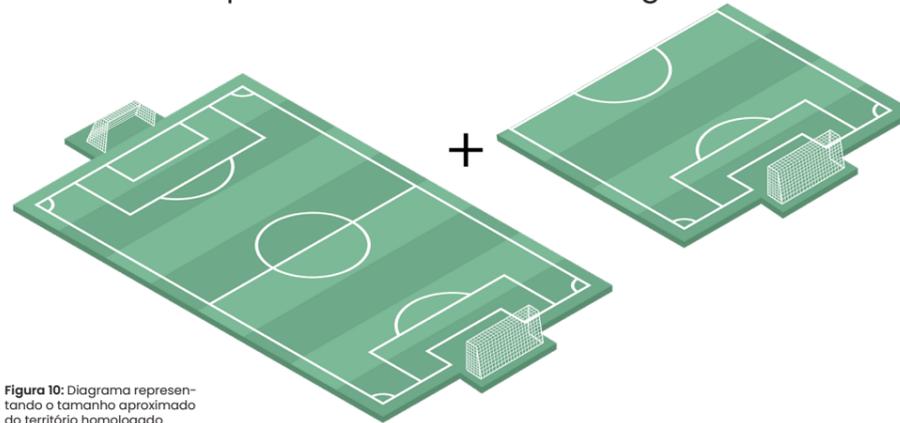


Figura 10: Diagrama representando o tamanho aproximado do território homologado
Produção autoral

3.2 CARACTERÍSTICAS E CONFLITOS

Apesar das dificuldades enfrentadas diariamente, os indígenas da Reserva do Jaraguá buscam manter o máximo de tradição que conseguirem. Sua etnia originária é a Guarani Mbya e a luta por manter suas características linguísticas e religiosas.

Divididos em algumas aldeias, entre elas Tekoa Ytu, Tekoa Yvy Porã, Tekoa Pyau, e Tekoa ItaVera, os indígenas priorizam viver suas vidas completamente dentro de suas “Tekoas” que significa “lugar onde se pode exercer os modos de ser Guarani”.

Dessa forma, a principal fonte de renda desses indivíduos se dá através do artesanato e do ecoturismo ligado à práticas de reflorestamento e plantio de árvores nativas dentro de uma de suas aldeias, proporcionando conhecimento e experiências para

não-indígenas que se interessam e respeitam o modo de vida Guarani.

Para preservar sua cultura, os indígenas consideram indispensável que isso comece pela educação das crianças Guarani, e para conseguirem repassar seus ensinamentos, há nas aldeias duas escolas de ensino fundamental, no CECI - Centro de Ensino e Cultura Indígena as crianças estudam desde o seu primeiro ano de vida até os 7 anos de idade e lá as aulas são ministradas em Guarani (língua oficial dessa etnia), e aprendem a partir de experiências consideradas essenciais para sua formação e reconhecimento de sua identidade. Graças a esses métodos de ensino as crianças se reconhecem como indígenas e mesmo que, ao se tornarem jovens saíam das aldeias para estudar, permanecem engajados na luta pela preservação de seus costumes tradicionais.

A organização das aldeias são individuais, onde cada uma tem

seu Cacique (homem ou mulher) e tomam as decisões através de conselhos, que chegam a um senso comum que seja favorável para todos os indígenas que ali habitam em comunidade e compartilham espaços, como a Casa de Reza, Cozinha e Refeitório Comunitários e Centro de Convivência.



Figura 11: Fachada CECI Jaraguá



Figura 12: Alunos do CECI Jaraguá em evento cultural da Tekoa Pyau

Infelizmente, assim como em outras reservas indígenas, os Guarani do Jaraguá também sofrem com o interesse de terceiros em suas terras e já passaram por algumas situações de conflitos que ficaram famosas pela proporção.

Uma delas aconteceu em 2005 quando o Ex-prefeito de São Bernardo, Antônio Tito Costa moveu uma ação de reintegração de posse sob o terreno que se encontra uma das aldeias da Reserva do Jaraguá, processo que chegou a ser favorável ao ex-prefeito e obrigou os índios a deixarem sua terra por um período, essa ação voltou a ser revogada em 2015 e mais uma vez impuseram que os indígenas desocupassem a área. A FUNAI recorreu ao STF que acatou o pedido.

Outro conflito existente e mais recente aconteceu em 2019, quando a Construtora Tenda lançou um empreendimento imobiliário extremamente próximo a TI Jaraguá. A proposta da empresa era a construção de um condomínio residencial de 11 torres, que abrigariam cerca de 880 unidades residenciais dentro de uma área que abrigava remanescentes de Mata Atlântica que foram desmatados pela

construtora em poucos dias, cerca de 4.000 mil árvores foram derrubadas. Os Guarani ocuparam a área em forma de protesto contra a ação da construtora e reivindicando a proibição desse empreendimento. O protesto pacífico teve bons resultados e em 2020 a juíza Tatiana Pattaro Pereira, aceitou os pedidos de proibição alegando que:

“Há potencial risco de dano ao meio-ambiente e ao direito indígena posto nos autos. O princípio da precaução, caro ao Direito Ambiental, ordena que diante de situação potencialmente prejudicial ao meio-ambiente, ainda que seus resultados não sejam de todo conhecidos, sejam tomadas as medidas mais cautelosas e protetivas, de modo a evitar dano irreparável.”

Além do embate contra a construtora Tenda existem outros casos ligados à especulação imobiliária no entorno da reserva e do Parque Estadual do Jaraguá, a apenas um, o Fazenda Itahyê - Plano urbanístico realizou os estudos necessários, incluindo o ECI (Estudo de Componente Indígena), para alcançar um desenvolvimento urbano sustentável e busca estabelecer uma relação de respeito à TI Jaraguá.



Figura 13: Os Indígenas da etnia Guarani Mbya ocupam a entrada do terreno onde construtora pretende construir torres residenciais. 2020
Autor da foto: TONI PIREZ



Figura 14: Ocupação Yary Ty, próximo a TI Jaraguá, em protesto contra a construtora Tenda, 2020.
Autor da foto: Rafael Stedile

3.3 PROGRAMAS SOCIAIS INDÍGENAS EM SÃO PAULO

Embora 3.000 das 12.977 pessoas declaradas indígenas que vivem em São Paulo sofram muito para conseguir manter seus modos de vida tradicionais dentro das aldeias existentes nas reservas do Jaraguá e de Parelheiros, existem programas e organizações sociais que promovem campanhas e ações voltadas para a conscientização a respeito da cultura e direitos indígenas.

Em Fevereiro de 2011, foi criado pelo Governo Municipal o Conselho Municipal dos Povos Indígenas do Município de São Paulo (COMPISP), um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) que tem como função garantir a participação direta ligada ao poder público no que diz respeito à tomadas de decisões para as demandas da população

indígena. E em Setembro de 2020 foi criada a Coordenação dos Povos Indígenas (COPIND), que surgiu para promover uma política indigenista em São Paulo baseada na defesa e promoção da cultura e dos direitos dos povos indígenas que vivem em aldeias e em contextos urbanos, além de apoiar as atividades do COMPISP, visando cumprir os objetivos da Lei nº 15.248 de 26 de julho de 2010.

Esse espaço dentro da política pública de São Paulo sucedeu bons resultados, um deles aconteceu em 2014, com a criação do “Programa Aldeias”. Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), tem como principal objetivo promover e fortalecer a cultura e a participação política do povo Guarani presente na Cidade de São Paulo. Além disso, o programa promove diversos eventos

culturais em equipamentos públicos fora das aldeias, a fim de estabelecer uma relação de proximidade e respeito da população não-indígena com a população indígena e sua cultura.

Além das organizações ligadas ao governo, existem também ONG’s que atuam de forma independente dentro das aldeias. A CGY-Comissão Guarani Yvyrupa durante a pandemia da COVID-19 reuniu recursos que foram destinados à compra de cestas básicas, material de proteção individual, como máscaras e álcool em gel, e materiais de limpeza, para ajudar na prevenção do vírus dentro das aldeias.

A CPI-SP (Comissão Pró-índio de São Paulo) também é um órgão municipal que atua dentro das aldeias e promove ações para a divulgação e valorização da cultura, além de lutar pela demarcação das terras.

É comum também, os indígenas do Jaraguá receberem turistas em suas “Tekoas”, eles promovem atividades de ecoturismo dentro das aldeias, tanto para ajudá-los financeiramente, quanto para gerar conhecimento para pessoas não-indígenas.

Um exemplo disso é a ação de plantio de árvores frutíferas, realizada em Janeiro de 2023 em parceria com a Etnicoeduc - Educação para as relações étnico-raciais e alguns ativistas independentes. As mudas das árvores foram doadas pela empresa Regen Ecosistemas, empresa focada na aceleração da recuperação das florestas. Diversas crianças e adultos puderam se voluntariar e participar do mutirão, tendo contato direto e pessoal com os Guarani e sua cultura, entendendo de fato a importância que a natureza tem para esse povo.



Figura 15: Crianças Guarani na ação de plantio



Figura 16: Criança voluntária na ação de plantio



Figura 17: Voluntários na ação de plantio

3.4 DESAFIOS E NECESSIDADES

De acordo com visita *in loco* e consulta a reportagens e entrevistas existem diversos desafios que são enfrentados diariamente pelos Guarani do Jaraguá, porém hoje as maiores dificuldades para as Tekoas do Jaraguá são a falta de espaço físico e escassez de recursos naturais que foram acabando com as ações degradantes, que é o caso do rio que passa dentro de uma das aldeias e atualmente está poluído. Esse rio tinha papel fundamental no dia a dia das famílias, pois era dele que se retirava água para beber, cozinhar e pescar, hoje é um rio praticamente morto.

Esses desafios afetam diretamente a saúde alimentar dos Guarani, pois sem um espaço físico organizado não é possível plantar seus alimentos originários e naturais como frutas, legumes, verduras e raízes, e também não é possível pescar nem ter água natural para beber, resultando na necessidade de buscar alimentos industrializados.

O tratamento medicinal também é afetado uma vez que não há espaço para plantar tudo que é necessário para curar alguma enfermidade.

Além da alimentação e saúde, as habitações também estão sendo afetadas dentro da TI Jaraguá, os recursos construtivos também estão em escassez e por isso muitas casas hoje são apenas pequenos cubículos de madeira, bem diferentes das casas originárias da cultura Guarani.



Figura 19: Descarte irregular de lixo dentro da Aldeia Pyau



Figura 18: Casas e moradores da Aldeia Pyau



Figura 20: Situação da Aldeia Pyau.

4.1 ARQUITETURA VERNACULAR

A arquitetura vernacular indígena se desenvolveu em diferentes culturas em todo o mundo. Ela é caracterizada pela utilização de materiais naturais e técnicas de construção ancestrais, que se tornaram tradicionais ao serem passadas de geração em geração.

No Brasil, a arquitetura vernacular indígena é diversa e varia de acordo com a região e a etnia. Algumas das características comuns incluem o uso de materiais naturais, como palha, madeira, bambu e argila, a integração com o ambiente natural e a preservação da cultura e tradições da comunidade.

Um exemplo de arquitetura vernacular indígena no Brasil é a casa de pau a pique, que é uma construção típica das comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul. Essas casas são construídas com troncos de madeira e barro, com as paredes preenchidas por uma mistura de barro e palha.

Outro exemplo é a maloca, uma

construção circular típica das comunidades indígenas da região amazônica. Elas são construídas com troncos de madeira e palha, e são projetadas para acomodar várias famílias ao redor de um pátio central.

A arquitetura vernacular indígena é importante não apenas por sua beleza e significado cultural, mas também por sua sustentabilidade e respeito ao meio ambiente. Ela é uma prova viva da capacidade das culturas indígenas de adaptar-se ao ambiente natural e de viver em harmonia com a natureza.

“O que aprendemos com as migrações destes construtores indígenas é que eles sempre adaptaram as formas e materiais de suas casas às circunstâncias ambientais, sejam elas a água, sol ou terra. Compare isso com a nossa atitude (não só agora, mas ao longo dos séculos) de tentar mudar a natureza para abrigar as casas e cidades de nossos sonhos.”

Johan van Lengen em “Arquitetura dos índios da Amazônia”



Figura 21: Casa construída com a técnica Pau a Pique
Autor: Desconhecido



Figura 22: Oca tradicional dos povos indígenas Xingu
Autor: Desconhecido



Figura 23: Maloca tradicional dos povos indígenas Xingu
Autor: Desconhecido

4.2 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO GUARANI

A forma dos povos da etnia Guarani se organizarem em comunidade se apoia muito nas questões religiosas e culturais. Segundo o livro *“Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá”* o local onde uma Tekoa é construída é escolhido cuidadosamente e considerado sagrado.

Após a determinação do local, as famílias iniciam a concepção das construções da aldeia de forma coletiva, sendo a *“Opy”* ou Casa de Reza a primeira a ser construída, pois ela é o centro (não necessariamente geográfico) do território e a maior construção da aldeia. Além disso, a orientação solar é muito importante, pois a parte em que o *amba* (altar) fica deve ser voltada pra Leste, onde o Sol nasce para que os raios solares iluminem o local onde os líderes vão rezar.



Figura 24: Vista interna da Opy Yvy Para Jaraguá
Fonte: Imagem retirada do Instagram da Aldeia, usado para divulgações

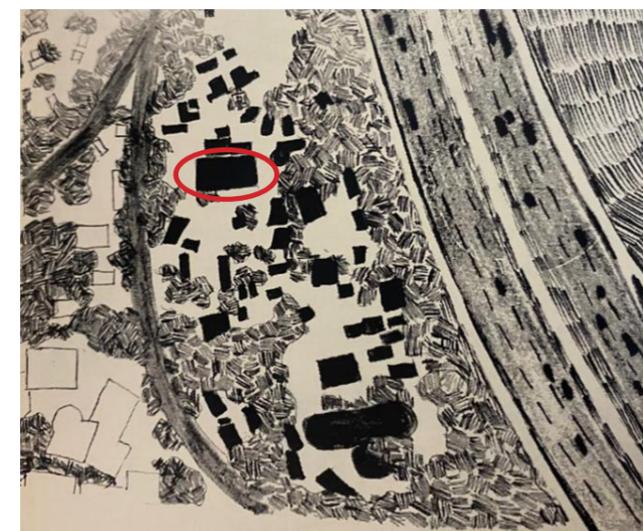


Figura 25: Implantação da Tekoa Pyau (local de intervenção). Destaque para a Opy.
Fonte: Imagem retirada do livro *“Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá”*

As demais casas são construídas ao redor da *Opy* de forma assimétrica.

Em suas construções tradicionais, a escolha dos materiais utilizados também está ligada às questões religiosas e tem a madeira Cedro como principal material, que pode ser encontrado na Mata Atlântica e está entre as madeiras sagradas.

4.3 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

A arquitetura indígena é conhecida pelo uso de materiais naturais e por suas técnicas de construção. Cada técnica foi desenvolvida para se adequar às condições da região, como o clima e a topografia. Alguns exemplos de técnicas de construção são o uso de palafitas, a construção de casas ovais e a utilização de telhados de duas águas.

Nas construções que possuem telhado duas águas, tradicional do Povo Guarani, a estrutura geral da casa se dá através de encaixes e fixações, como amarrações, de uma madeira na outra, de forma que as aberturas e o material de fechamento das paredes e do telhado possam ser variados.

Nas casas tradicionais do povo Guarani o fechamento principal dessa estrutura era feito somente com barro, pois antes não era necessário que as casas durassem muito tempo,

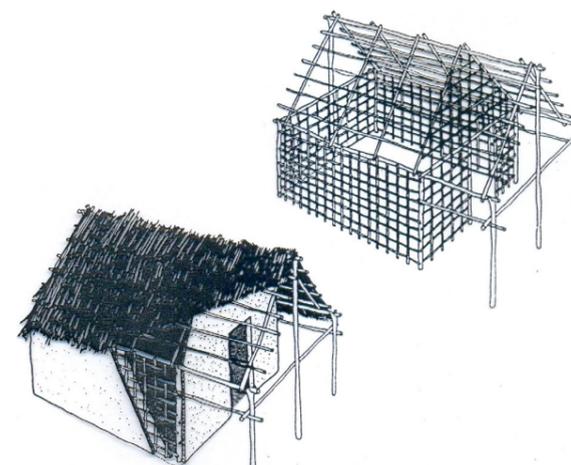


Figura 26: Processo construtivo da técnica Pau a Pique, tradicional dos povos Guarani.
Imagem: Bardou, 1983

diferente dos dias atuais, já que os indígenas não possuem a liberdade que tinham de circular livremente por todo o território originário.

“...Não tem necessidade de dar muita durabilidade para a casa por dois motivos: uma é essa tradição/opção de ficar sempre andando. Você mora num tekoa depois você vai e muda para outro tekoa e você vai indo fazendo essa mudança...”

Parte da entrevista de Karai Jakupe, líder de uma das aldeias da TI Jaraguá para Chão Coletivo em 2022.

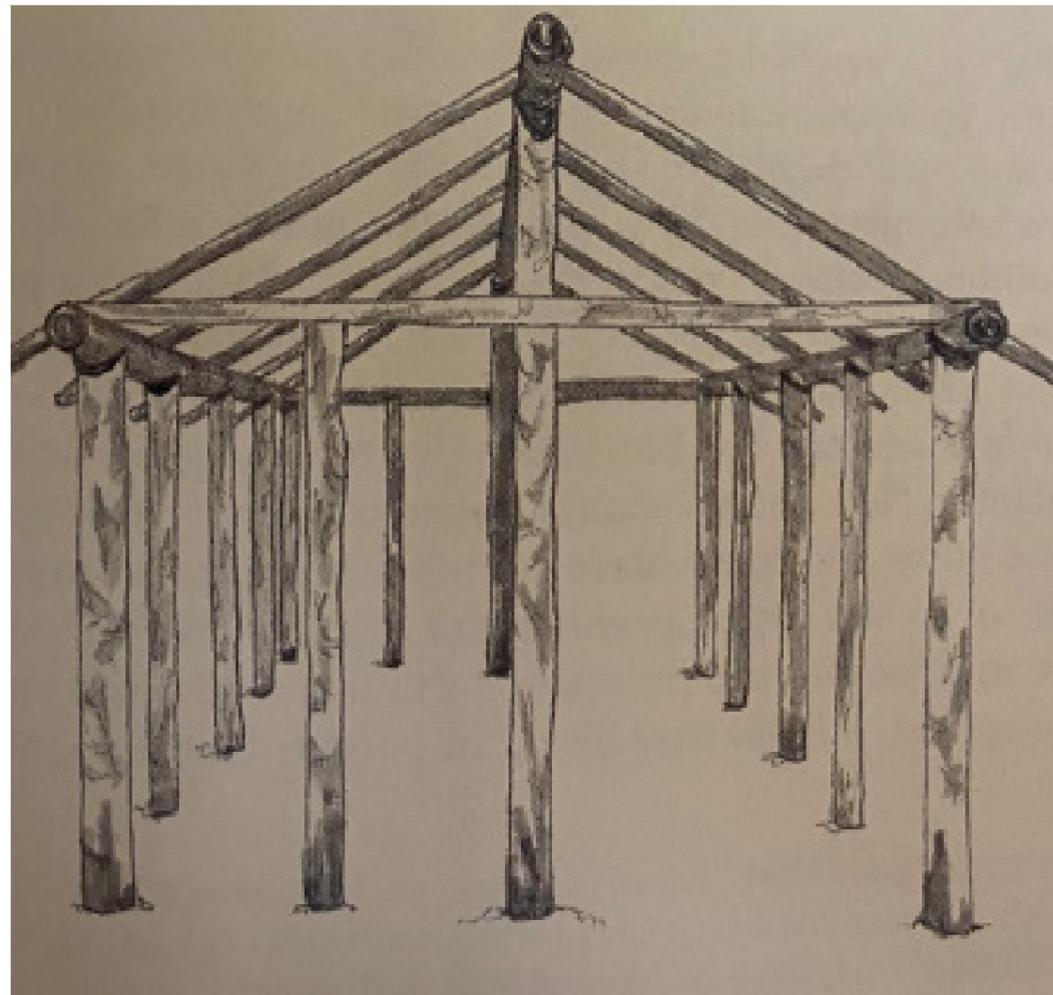


Figura 27: Estrutura de casa tradicional dos povos Guarani.
Fonte: Imagem retirada do livro “Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá” 2022

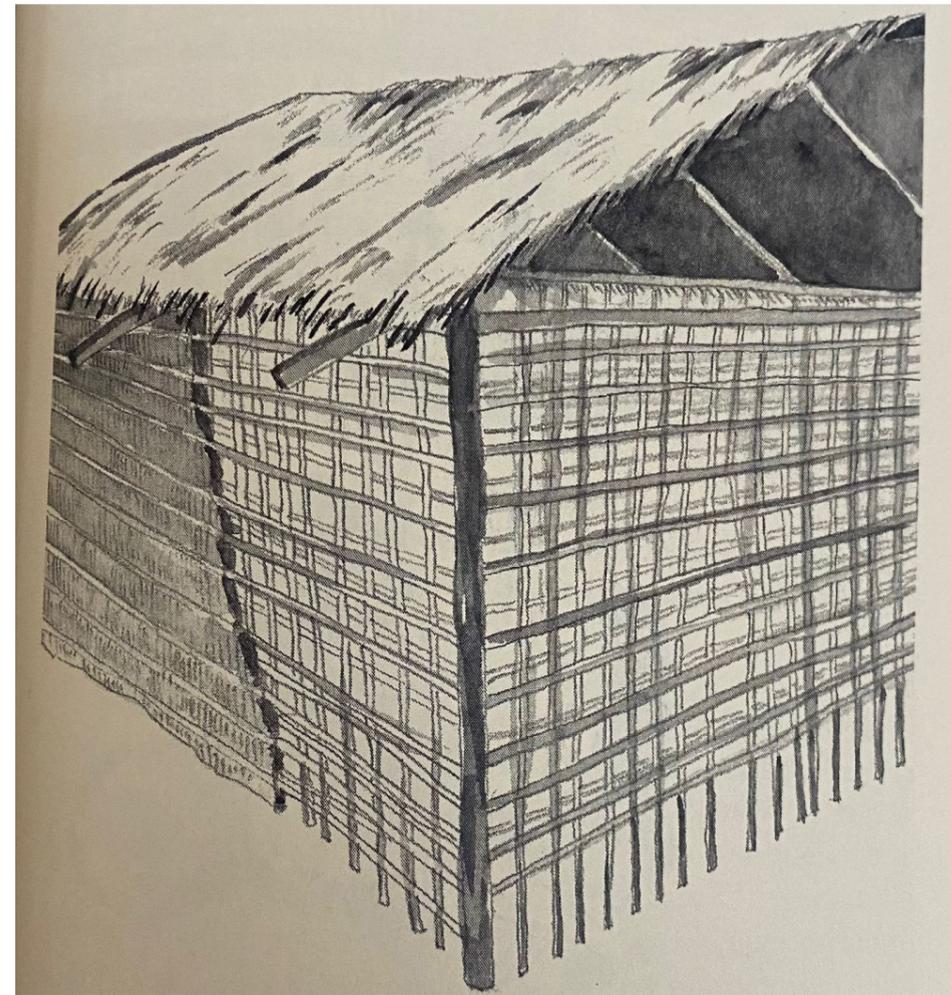


Figura 28: Processo de fechamento tradicional em barro, pau a pique.
Fonte: Imagem retirada do livro “Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá” 2022



Figura 29: Detalhes da construção de uma das casas da Aldeia Pyau
Fonte: Imagens retirada do livro “Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá” 2022

5.1 MORADIA GUARANI

FICHA TÉCNICA

Arquitetura: Grupo Fresta

Oficinas de construção: Grupo Fresta

Ano de projeto: 2018

Ano de construção dos protótipos: 2018

Ano de construção das demais moradias: 2018, 2019 e 2020.

Previsão total de construção de moradias: 260

Locais dos mutirões: Aldeia Itaoca, Mongaguá-SP, Aldeia Tekoa Mirim, Praia Grande-SP, Aldeia Krukutu, São Paulo-SP.

Área útil de cada unidade: 60m²



Figura 30: Moradia Guarani vista de fora
Fonte: Grupo Fresta

Este projeto foi desenvolvido pelo escritório Grupo Fresta através de um licenciamento ambiental para empreendimentos em territórios indígenas.

Visando suprir as demandas de moradia das comunidades indígenas, os arquitetos projetaram protótipos replicáveis que atendam às necessidades dos usuários, baseando-se nas técnicas construtivas da arquitetura Guarani.

A concepção dos protótipos se deu através de oficinas de construção em mutirão que serviram também como experimento para validação dos manuais de construção didáticos desenvolvidos pelos arquitetos.

A base estrutural dos protótipos se assimila à principal característica da arquitetura Guarani: o telhado duas águas e a estrutura, que possibilita uma variação de fechamentos e tipologias.



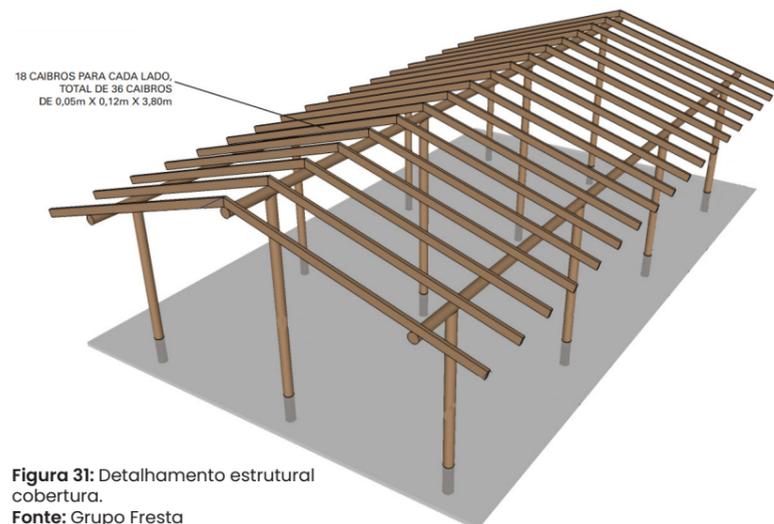
Figura 31: Diagramas de concepção estrutural
Fonte: Grupo Fresta

ESTRUTURA

Conforme o diagrama anterior, é possível notar que a estrutura baseia-se na distribuição de 3 fiadas de pilares, sendo a central mais alta para apoio das vigas que posteriormente apoiam os caibros que estruturam o telhado duas águas.

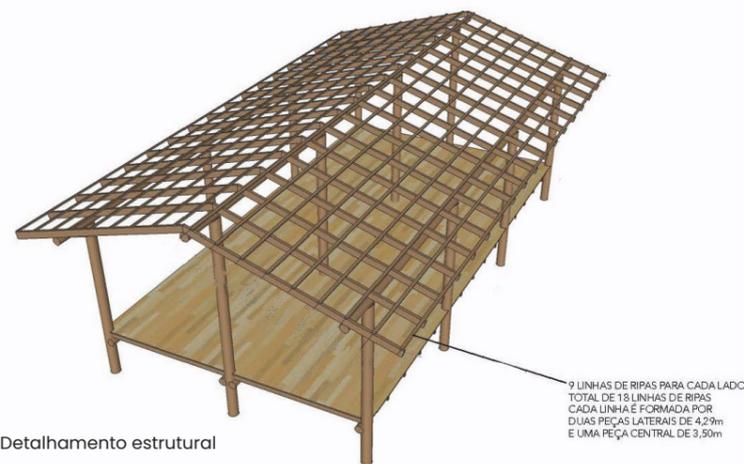


Figura 30: Moradia Guarani em construção - foco para a estruturação do telhado.
Fonte: Grupo Fresta



18 CAIBROS PARA CADA LADO
TOTAL DE 36 CAIBROS
DE 0,05m X 0,12m X 3,80m

Figura 31: Detalhamento estrutural cobertura.
Fonte: Grupo Fresta



3 LINHAS DE RIPAS PARA CADA LADO
TOTAL DE 18 LINHAS DE RIPAS
CADA LINHA É FORMADA POR
DUAS PEÇAS LATERAIS DE 4,29m
E UMA PEÇA CENTRAL DE 3,50m

Figura 32: Detalhamento estrutural cobertura.
Fonte: Grupo Fresta

TÉCNICA

A técnica construtiva utilizada para concepção da estrutura do telhado, é de encaixe com fixação por pregos.

Técnicas de bioconstrução também foram utilizadas na constituição desse projeto, como o reboco de barro.

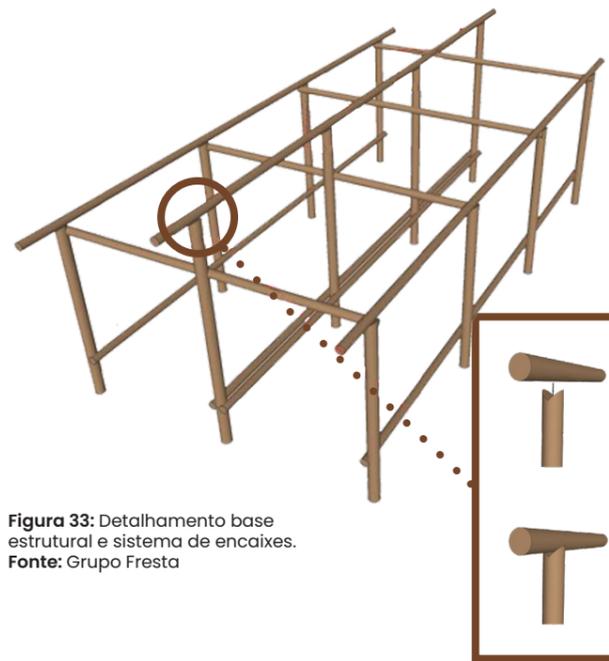


Figura 33: Detalhamento base estrutural e sistema de encaixes.
Fonte: Grupo Fresta

MATERIALIDADE

Os materiais predominantes são: Madeira e barro

Fechamento em tábuas por fora

Fechamento em tábuas por dentro

Fechamento em pau a pique tradicional

Fechamento em pau a pique tradicional com reboco de barro para acabamento

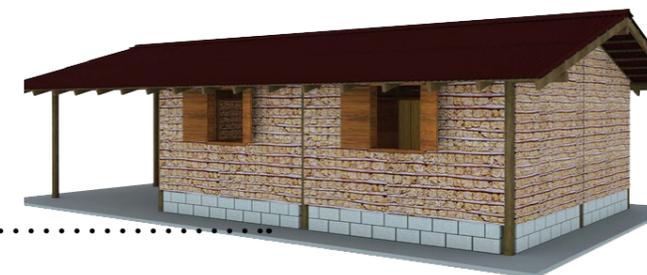


Figura 36: Especificação de materiais para fechamento externo.
Fonte: Grupo Fresta

A disposição das aberturas das moradias, independente da tipologia, facilita a circulação do ar, proporcionando uma ventilação natural cruzada.

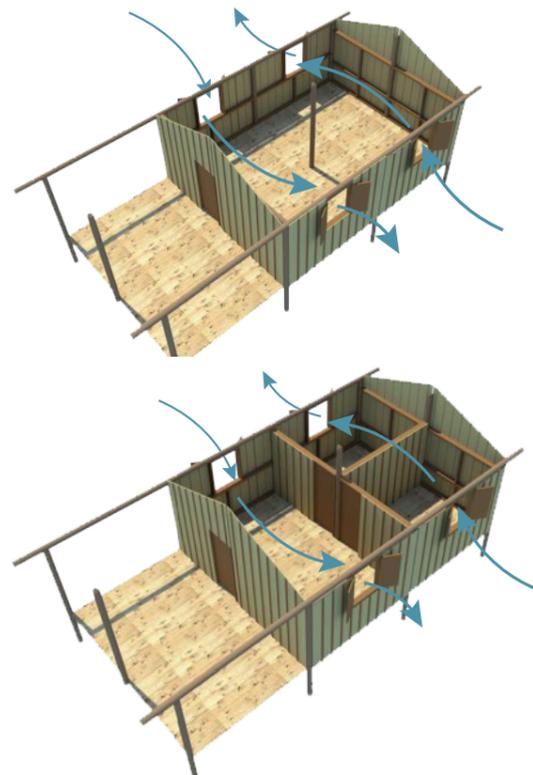


Figura 37: Diagrama de ventilação cruzada e 2 tipologias possíveis.
Fonte: Grupo Fresta

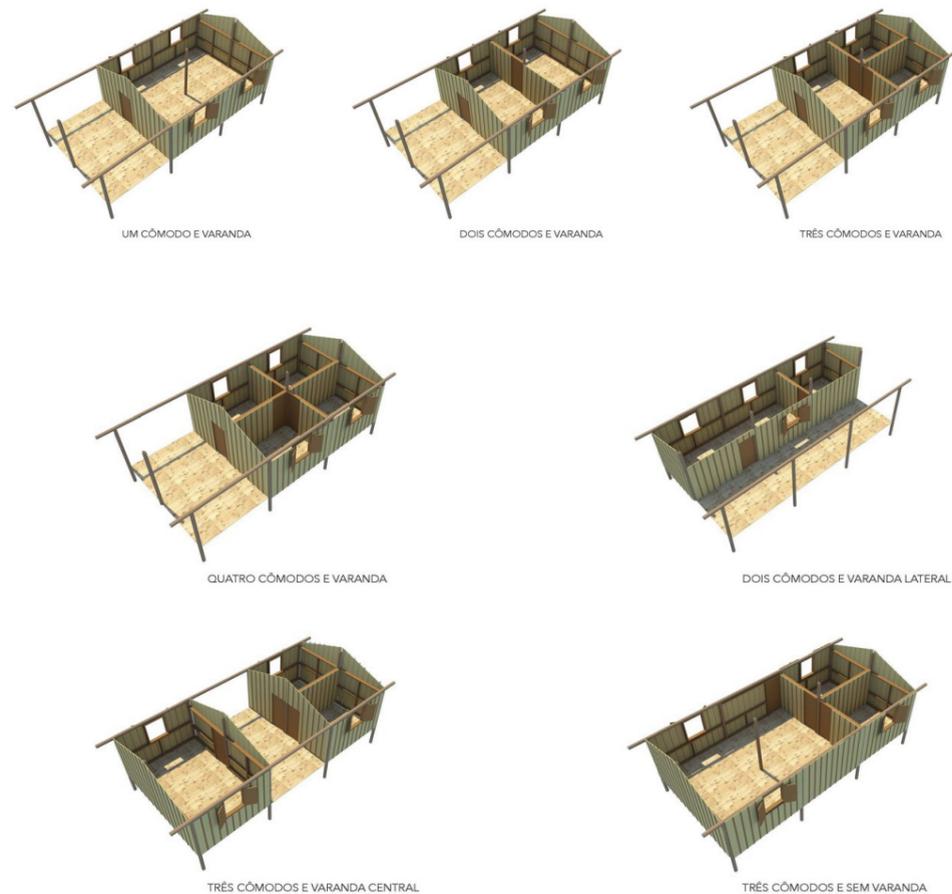


Figura 38: Tipologias possíveis.
Fonte: Grupo Fresta

Além da variedade de tipologias possíveis a partir de uma estrutura base, os protótipos também são variáveis em relação a implantação do terreno, sendo possível dois tipos de assentamento: térreo e elevado sob palafitas nos casos das aldeias próximas a rios que eventualmente transbordam.



*Nas implantações térreas é construído uma base de alvenaria convencional para auxiliar na questão estrutural. São 3 fiadas de tijolos, sendo uma uma enterrada e duas externas.



*Já nas implantações elevadas são construídos uma escada de acesso e um guarda corpo.

Figura 39: Implantação térrea e elevada dos protótipos
Fonte: Grupo Fresta

5.2 CASA YAWANAWÁ

FICHA TÉCNICA

Arquitetura: Rosenbaum
 Paulo Alves
 Marcelo Pereira dos Santos
 Anderson Amaro Lopes de Almeida –
 arquiteto convidado pela da SEHAB
 ACRE
 Marlúcia Candida de Oliveira Neves
 – arquiteta pesquisadora das
 tipologias amazônicas

Localização: Tarauacá – Acre, Brasil

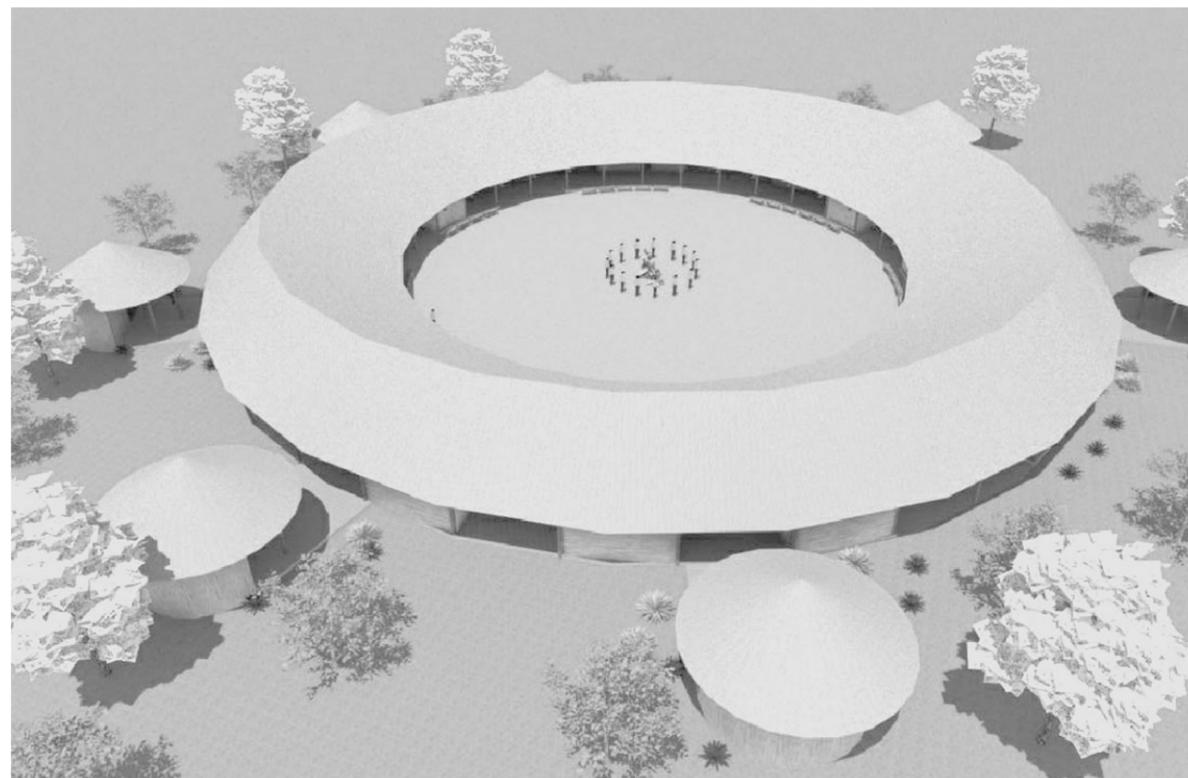
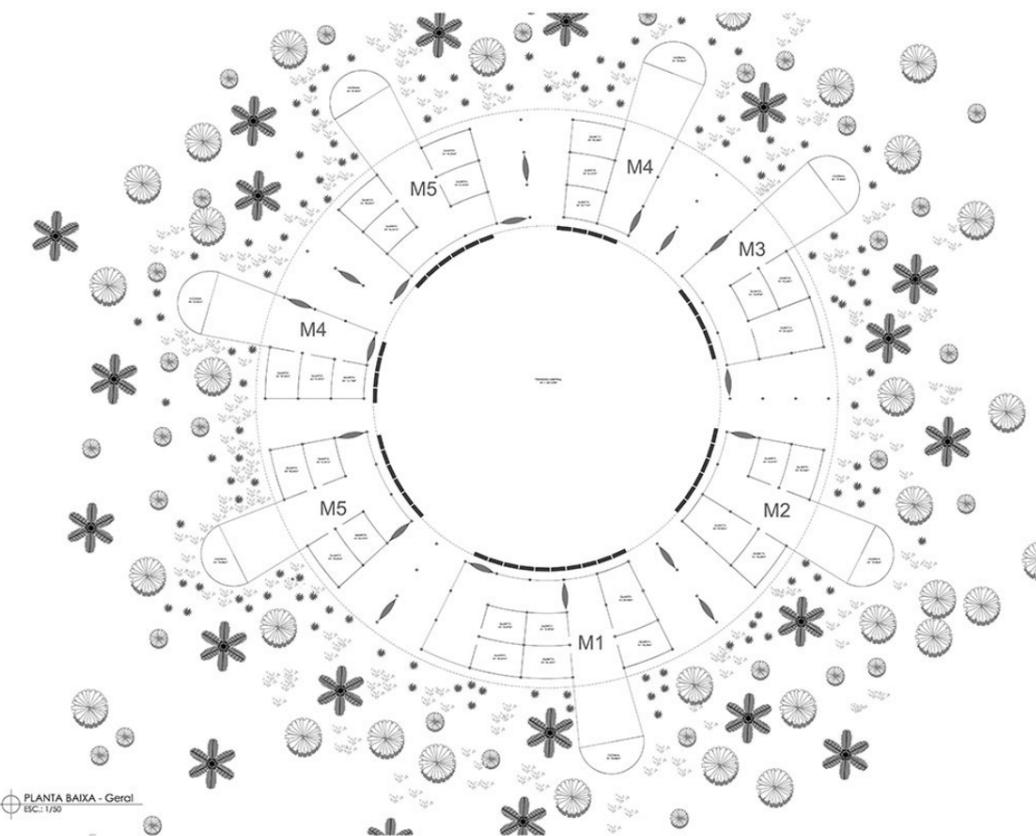


Figura 40: Vista aérea casa Yawanawá.
 Fonte: Rosenbaum

IMPLANTAÇÃO

A implantação do projeto se inspira na forma de organização tradicional das aldeias de muitos povos indígenas, forma circular e com pontos de coletividade.



PLANTA BAIXA - Geral
 BC:1/50

Figura 41: Implantação Casa Yawanawá
 Fonte: Rosenbaum

O formato arredondado possibilita uma boa fruição entre os ambientes e ainda respeita a característica do telhado duas águas.



Figura 42: Maquete eletrônica Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum

É possível observar que a estrutura, apesar de ter diferenças, se assemelha a base estrutural do projeto destacado anteriormente. Possuindo um pilar central mais alto que os das extremidades.

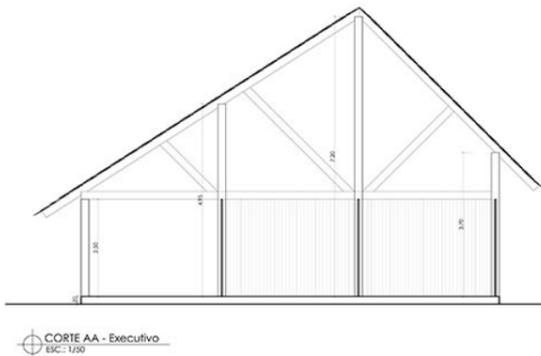
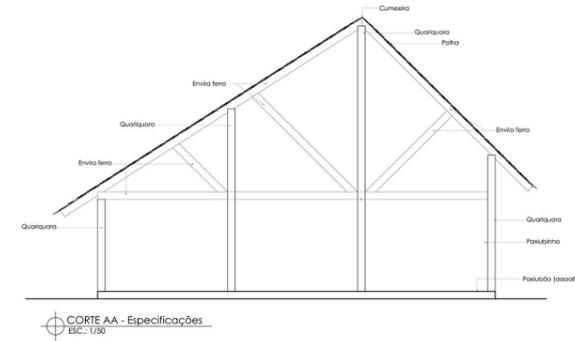


Figura 43: Cortes esquemáticos Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum

MATERIALIDADE

A idealização do projeto é feita a partir de materiais naturais disponíveis na natureza, e que poderão ser retirados da floresta (com acompanhamento e fiscalização de um Engenheiro Florestal). Segundo os arquitetos, tanto os materiais necessários, quanto a construção em si serão atividades realizadas em “auto-construção”, sendo de responsabilidade dos próprios indígenas, que terão auxílio de outros arquitetos e construtores para possíveis dúvidas.



Figura 44: Materialidade utilizada no projeto Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum

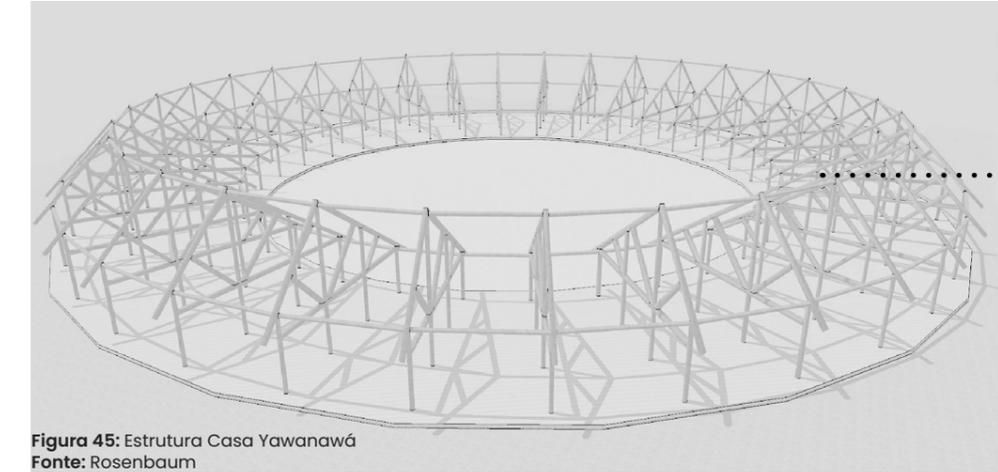


Figura 45: Estrutura Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum

Estrutura em madeira Paxiuba



Figura 46: Materialidade utilizada no projeto Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum

Palha utilizada para cobertura

O projeto varia entre 5 tipologias, mas todas possuem um programa fixo, de quartos e uma cozinha comunitária que fica destacada, seguindo a tradição de ter espaços de comum acesso a todas as famílias.

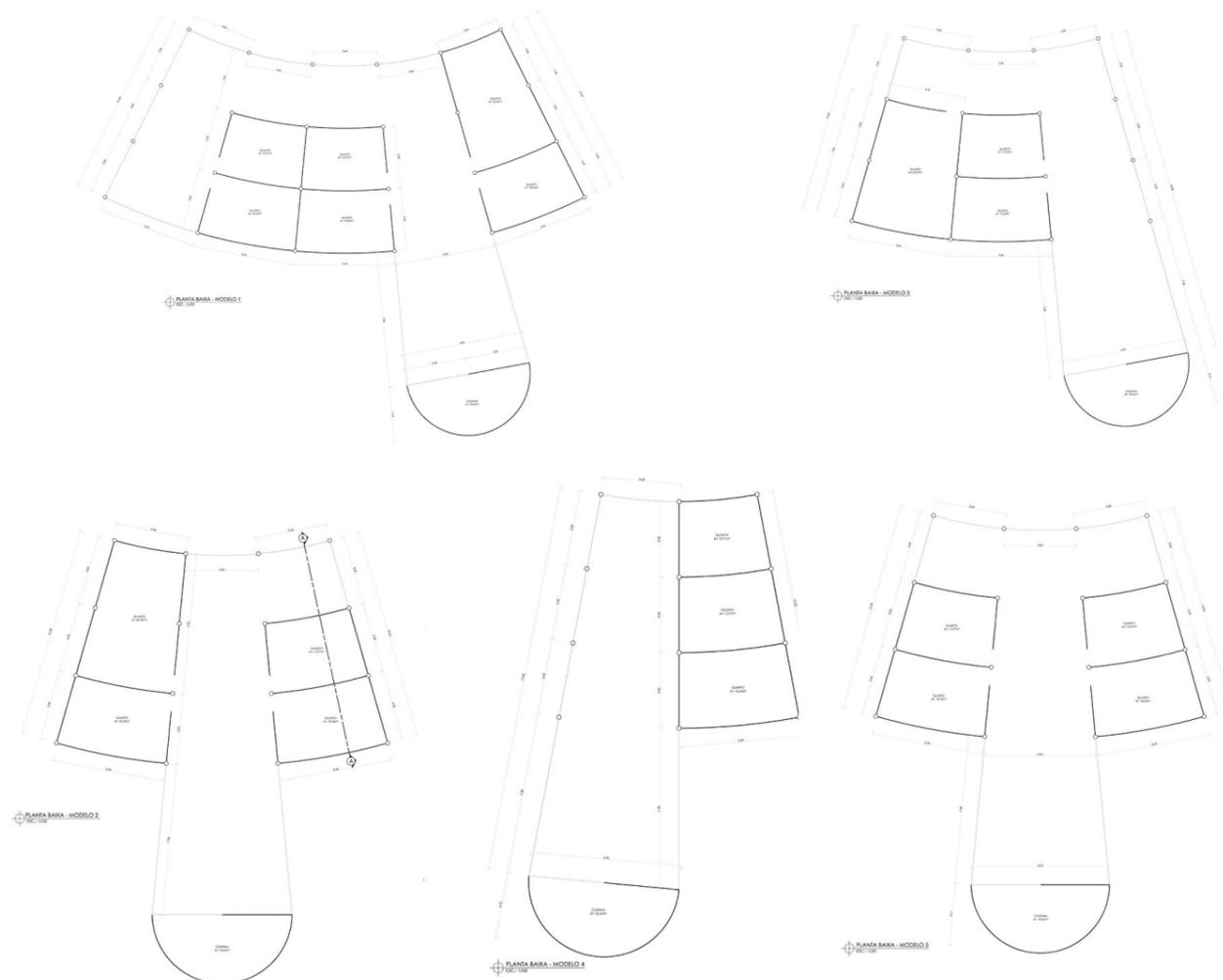


Figura 47: Tipologias Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum

- CASAS DE DIFERENTES TIPOLOGIAS ●
- ÁREA CENTRAL DE CONVIVÊNCIA COLETIVA ●
- COZINHAS COLETIVAS QUE SERVEM ATÉ 2 CASAS ●

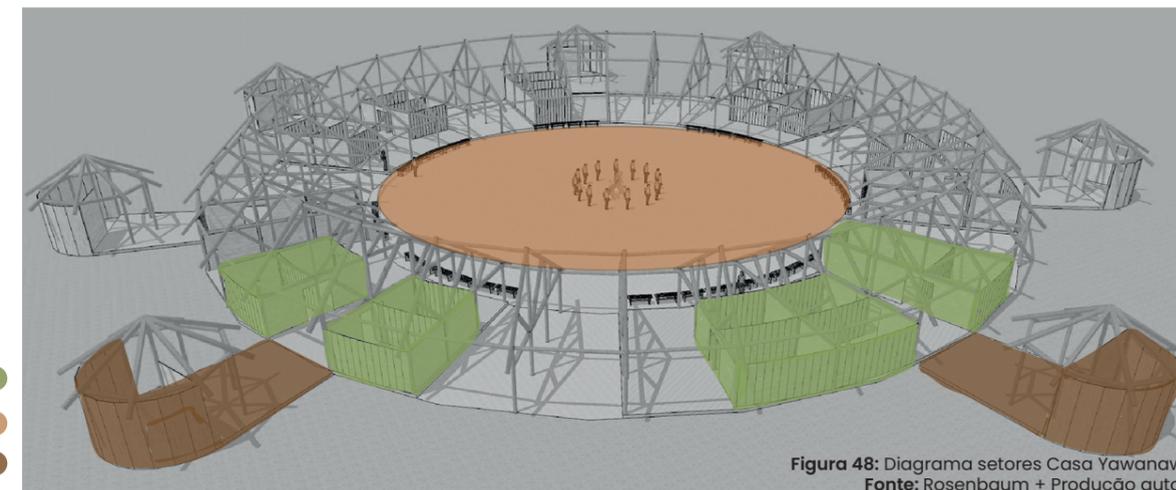


Figura 48: Diagrama setores Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum + Produção autoral

- VENTILAÇÃO NATURAL ●
- ÁREA DE CIRCULAÇÃO ENTRE AS CASAS ●
- ACESSOS DE ENTRADA E SAÍDA PARA AS CASAS E ÁREA CENTRAL ●

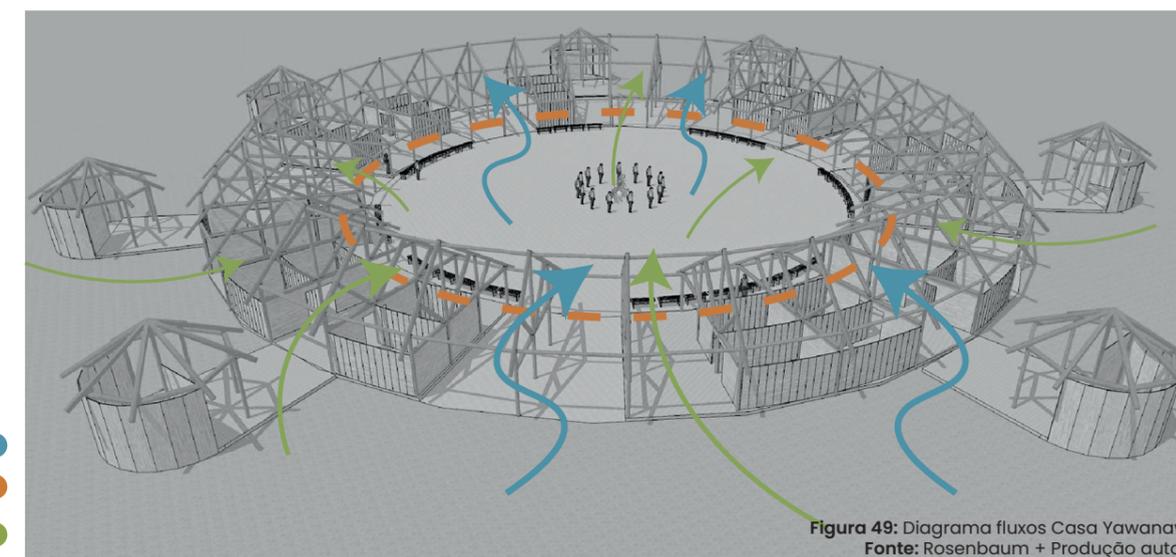


Figura 49: Diagrama fluxos Casa Yawanawá.
Fonte: Rosenbaum + Produção autoral

5.3 ALDEIA SOS DO AMAZONAS

FICHA TÉCNICA

Arquitetura: Severiano Porto

Ano de projeto: 1993

Construção: 1997

Local: Manaus, Amazônia - Brasil

O projeto Aldeia SOS foi desenvolvido a fim de atender a demanda de crianças carentes e órfãs e suprir a falta de espaço para atividades educacionais, culturais e de recreação.



Figura 50: Vista aérea Aldeia SOS Amazonas.
Fonte: Revista Vitruvius

IMPLANTAÇÃO

A implantação da aldeia também se baseia na forma de organização de muitos povos indígenas, tendo um espaço de convivência central com as casas ao redor.



Figura 51: Vista aérea Aldeia SOS Amazonas.
Fonte: Revista Vitruvius

O ponto forte do projeto é como a implantação favorece o controle térmico por facilitar a circulação da ventilação natural em todo o terreno.

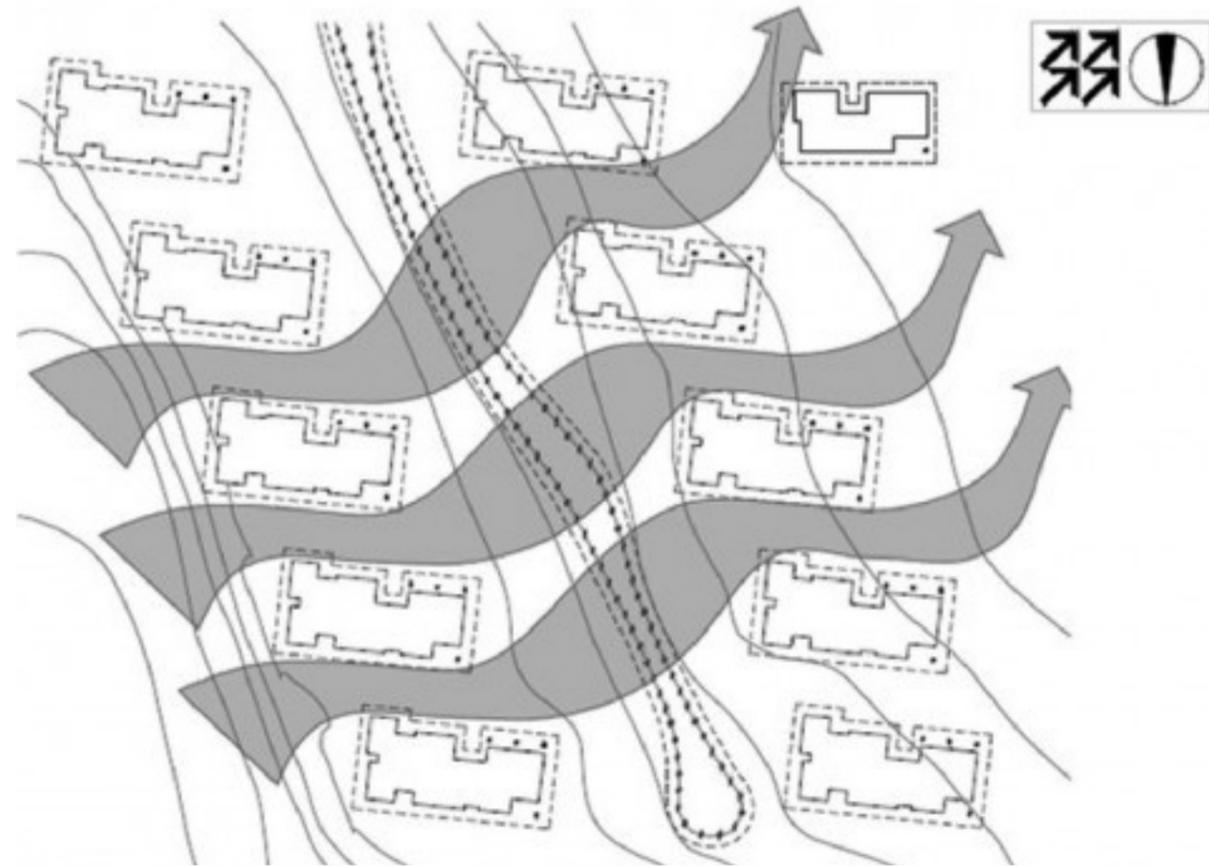


Figura 52: Implantação + diagrama de circulação de ventos
Fonte: Revista Vitruvius

As aberturas e materiais utilizados nas edificações do projeto também favorecem o controle térmico interno, por conta da boa ventilação cruzada.

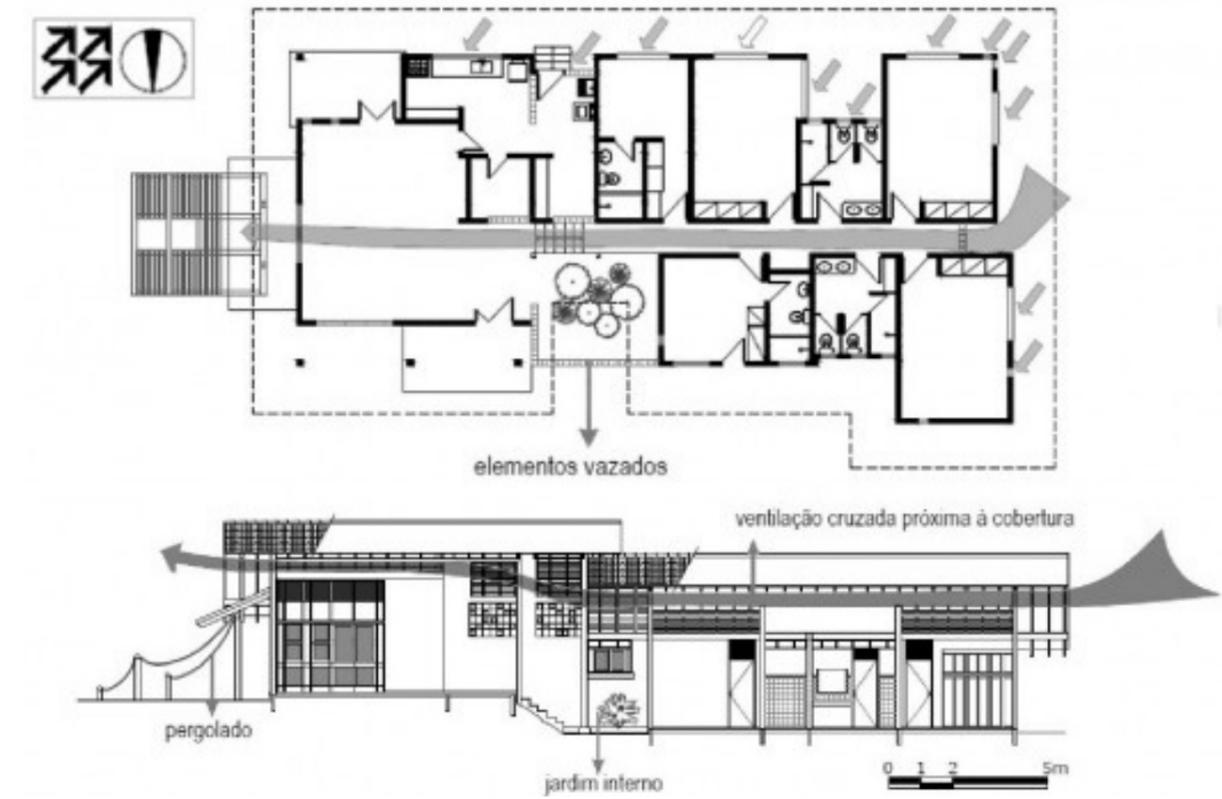


Figura 53: Cortes esquemáticos + diagramas de circulação cruzada
Fonte: Revista Vitruvius

6. ESTUDO DO LOCAL

6.1 LOCALIZAÇÃO

A temática escolhida para este trabalho tem total influência na escolha do local de intervenção. Por se tratar de um projeto voltado para as comunidades indígenas da cidade de São Paulo, é indispensável que o mesmo seja inserido no contexto correto.

Atualmente a capital da cidade de São Paulo tem duas áreas de reserva indígena. Uma no extremo Sul da Capital Paulista e outra no extremo da Zona Oeste, na divisa com o município de Osasco.

A localização em questão está dentro da terra indígena do Jaraguá, e foi escolhida por se tratar de uma área com grande potencial ambiental, que favorece o modo de vida dos Guarani, mas que também sofre com muitas problemáticas urbanas.

A TI Jaraguá homologada está “aos pés” do Parque Estadual Jaraguá, local que abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da Cidade de São Paulo e faz parte da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.



Figura 54: Mapa de localização do município de São Paulo
Fonte: GeoSampa
Produção autoral

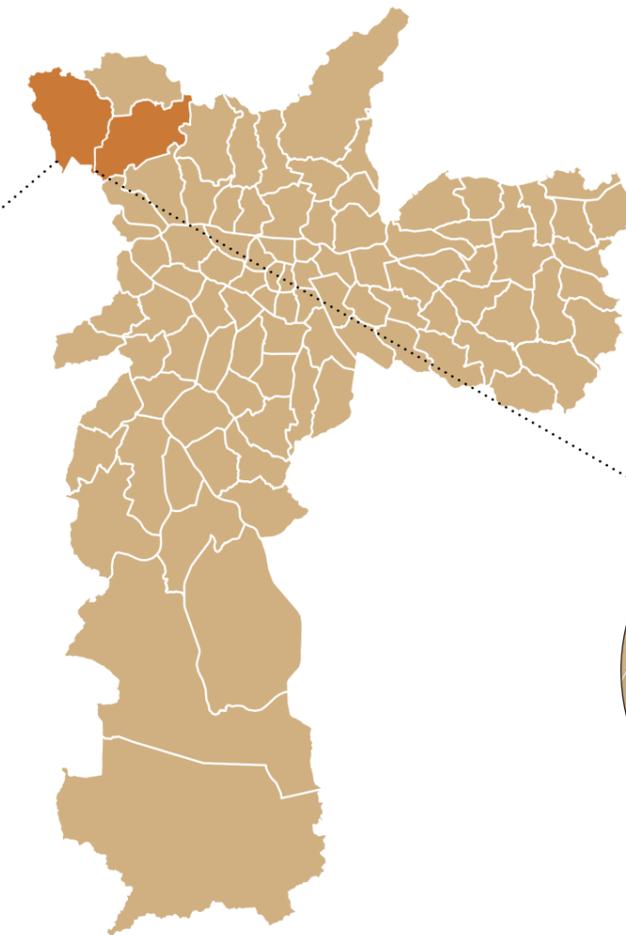
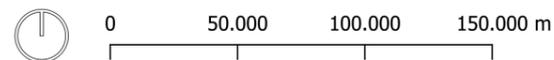
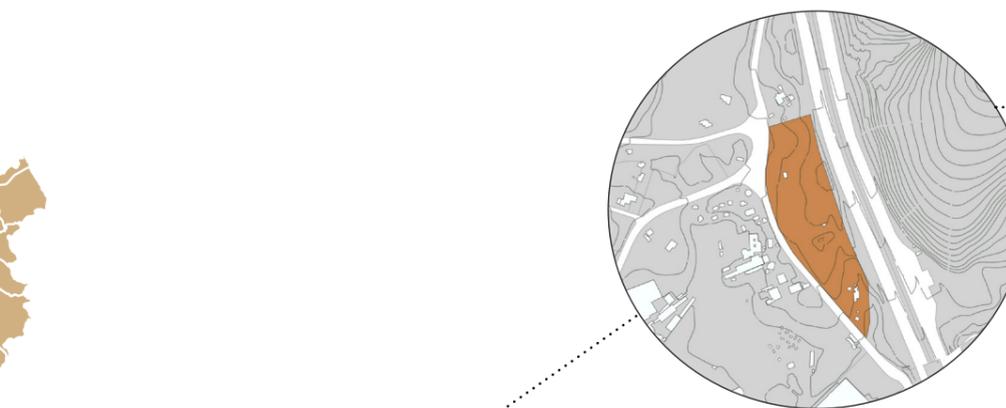
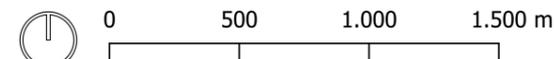
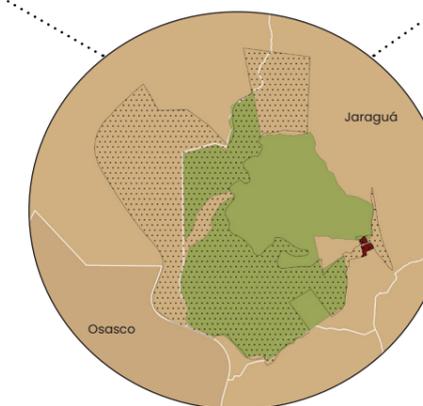


Figura 55: Mapa de localização do bairro do Jaraguá
Fonte: GeoSampa
Produção autoral



TERRENO
39.802,00 m²
Aldeia Tekoá Pyau

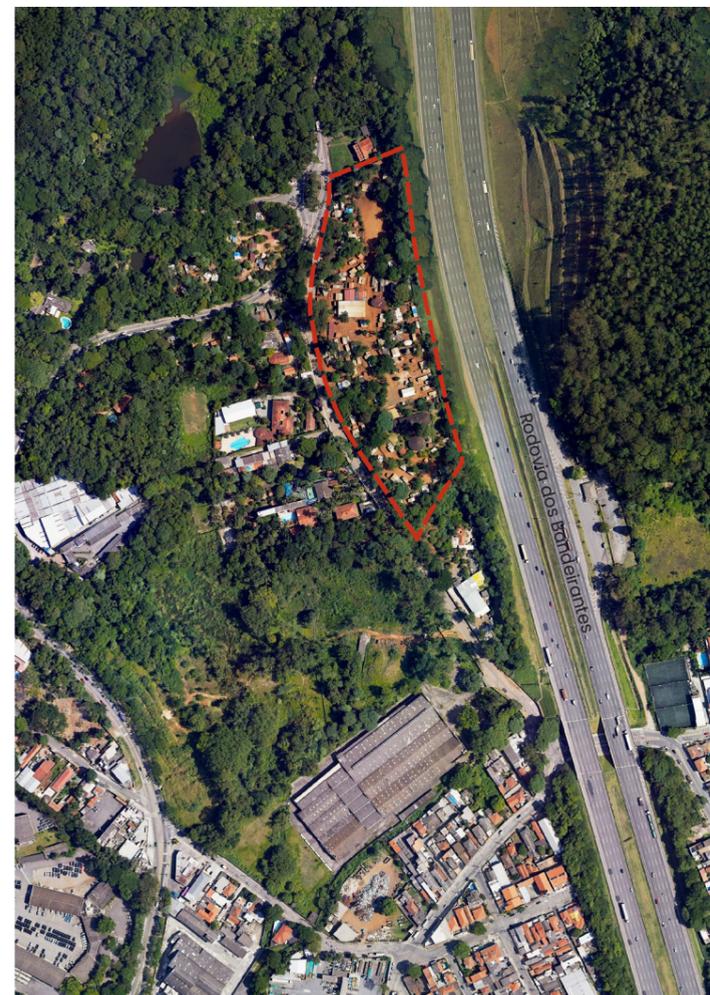
Figura 57: Diagrama de delimitação do lote e a topografia
Fonte: GeoSampa
Produção autoral



● TI declarada
● TI homologada
● Parque Estadual Jaraguá

ZONA NORTE
Terra Indígena Jaraguá
Divisa Município de Osasco

Figura 56: Diagrama sobreposição de áreas na TI Jaraguá
Fonte: GeoSampa
Produção autoral



6.2 O TERRENO

O terreno está localizado dentro da Terra Indígena declarada que aguarda homologação, então por mais que seja indiscutível a posse dos indígenas sob esse lote, isso ainda não está homologado judicialmente.

A área total do lote é de aproximadamente 27.500,00 m² e é cercada por dois extremos, de um lado o Parque Estadual do Jaraguá que tem grande importância ambiental para a Cidade de São Paulo e do outro lado a Rodovia dos Bandeirantes, que apresenta grande importância para a mobilidade urbana, porém é um dos maiores problemas urbanos presentes na vida dos indígenas que habitam essa área, pelo alto tráfego de veículos e alta quantidade de poluição e ruído gerado.

Figura 58: Imagem aérea do lote via satélite
Fonte: Google Earth
Produção autoral



Figura 59: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para a o escoamento de água sem encanamento.
Autor desconhecido



Figura 60: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para o descarte irregular de lixo.
Fonte: PiritubaNet



Figura 61: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para o fechamento improvisado, com pouca segurança.
Fonte: PiritubaNet

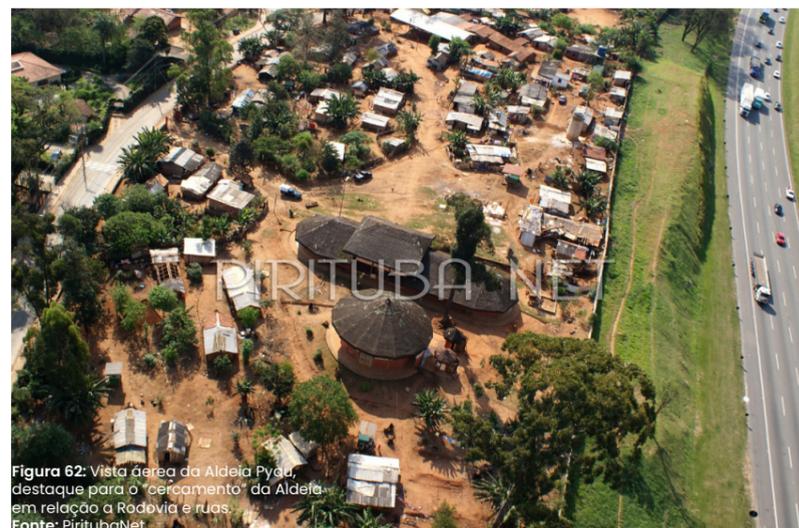


Figura 62: Vista aérea da Aldeia Pyau, destaque para o "cercamento" da Aldeia em relação a Rodovia e ruas.
Fonte: PiritubaNet



Figura 63: Fachada da Aldeia Pyau, destaque para a falta de manutenção da calçadas.
Autor: Desconhecido



ZONEAMENTO

De acordo com o mapa ao lado, o terreno está localizado dentro de uma ZEPAM. Segundo o PDE de São Paulo, as áreas classificadas como ZEPAM são todas aquelas que possuem atributos relacionados aos remanescentes de Mata Atlântica e/ou vegetações nativas, que possuem relevância ambiental e que são territórios ocupados por povos indígenas.

- TERRENO
- ZEP
- ZEPAM
- ZM-p
- ZM-1
- ZEIS 1
- ZPI
- ZM-2
- ZEIS 5
- ZEPAG

Figura 64: Mapa de zoneamento no entorno do lote
Fonte: Dados GeoSampa
Produção autoral

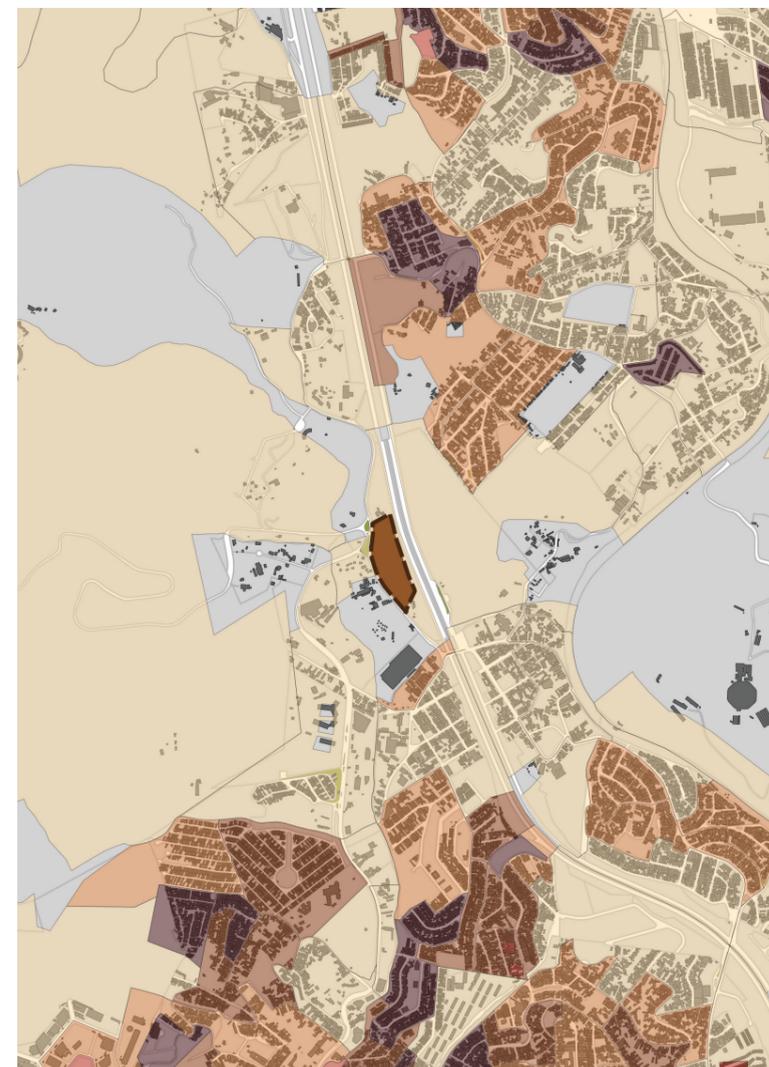


USO PREDOMINANTE DO SOLO

Em relação ao uso predominante do solo, podemos notar que a área é diversificada, mas residencial em sua maioria.

- TERRENO
- SEM INFORMAÇÃO
- COMÉRCIO E SERVIÇOS
- RESID. HORIZ. BAIXO PADRÃO
- RESID. VERT. BAIXO PADRÃO
- RESID. HORIZ. MÉDIO/ALTO PADRÃO
- RESID. VERT. MÉDIO/ALTO PADRÃO
- COMÉRCIO/SERVIÇOS E IND. E ARMAZÉM

Figura 65: Mapa de uso predominante do solo no entorno do lote
Fonte: Dados GeoSampa
Produção autoral

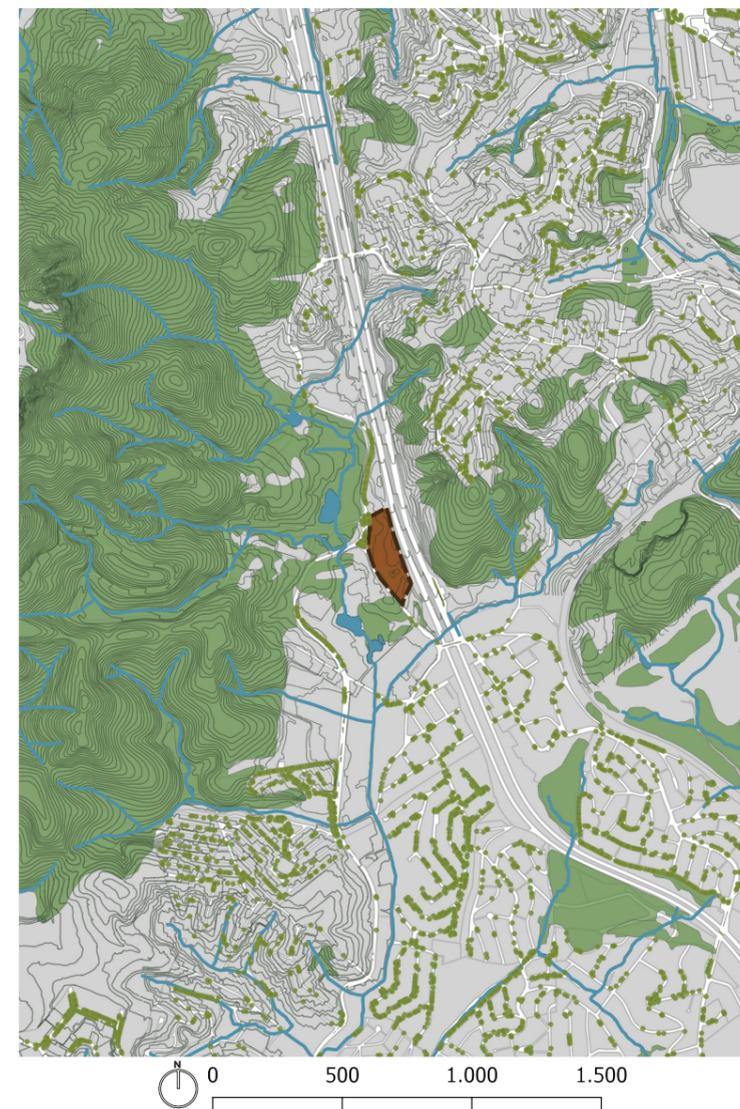


DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Podemos notar que o entorno imediato do terreno tem a densidade demográfica consideravelmente baixa devido as tipologias das ocupações serem predominantes de casas residenciais, com poucos edifícios verticais, tendo como gabarito máximo uma média de 15 metros.

- TERRENO
- 0-83 ha/hec
- 83-141 ha/hec
- 141-202 ha/hec
- 202-342 ha/hec
- 342+ ha/hec
- EDIFICAÇÕES

Figura 66: Mapa de densidade demográfica no entorno do lote
Fonte: Dados GeoSampa
Produção autoral



MEIO FÍSICO

Conforme mapa ao lado, nota-se que o lote é cercado por vegetação nativa, e por muitos cursos d'água, inclusive um dos cursos corta uma das aldeias e servia como recurso natural para os indígenas, mas infelizmente hoje está poluído.

Apesar da presença da Rodovia dos Bandeirantes, essa é uma área bem arborizada em relação ao restante da cidade.

- TERRENO
- CURSO ÁGUA
- MASSA D'ÁGUA
- ARBORIZAÇÃO VIÁRIA
- RESERVA MATA ATLÂNTICA
- LINHA MESTRA TOPOGRAFIA

Figura 67: Mapa de meio físico no entorno do lote
Fonte: Dados GeoSampa
Produção autoral

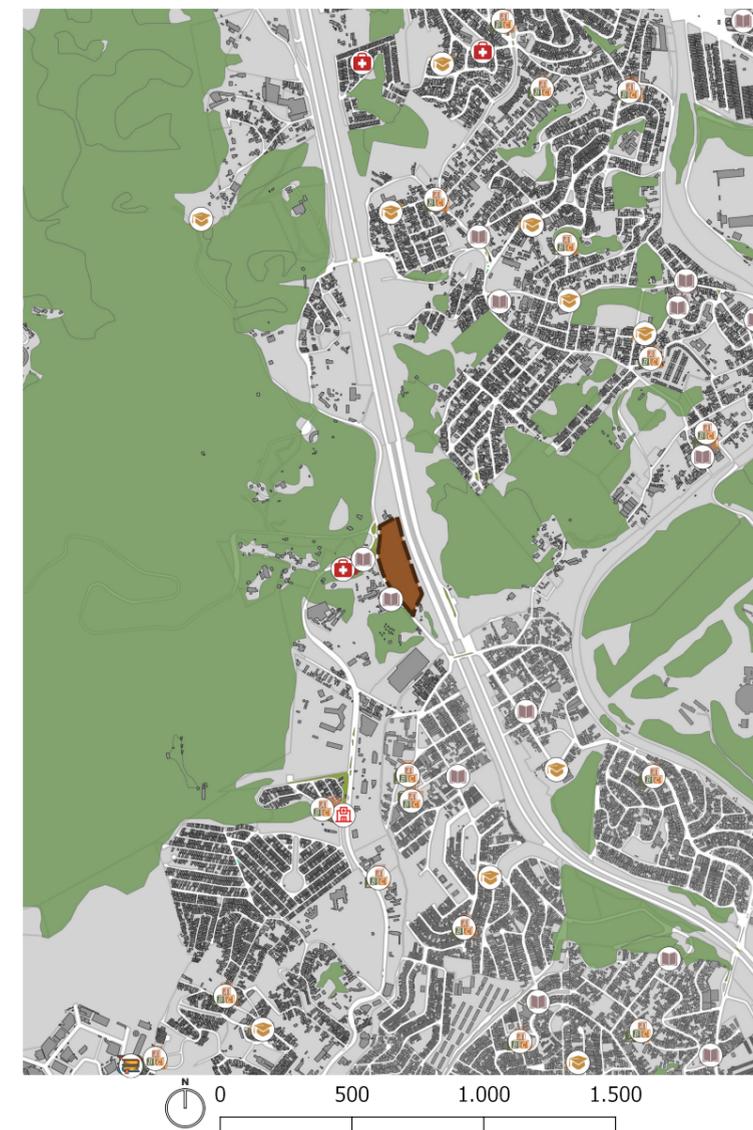


TRANSPORTE PÚBLICO

O acesso ao terreno por meio do transporte público pode ser realizado através das linhas de ônibus que passam em frente ao terreno, paradas que facilitam também a visita ao Parque Estadual Jaraguá, é possível chegar ao local utilizando a linha de trem da CPTM, a Estação Vila Clarice fica a aproximadamente 1,4 km de distância, cerca de 20 minutos de caminhada.

- TERRENO
- EDIFICAÇÕES
- PONTOS DE ÔNIBUS
- LINHA 7-RUBI DA CPTM
- RESERVA MATA ATLÂNTICA
- PERCUSO LINHAS DE ÔNIBUS
- ESTAÇÃO DE TREM - VILA CLARICE

Figura 68: Mapa de transporte público no entorno do lote
Fonte: Dados GeoSampa
Produção autoral



EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Por se tratar de uma área predominantemente residencial é comum a presença de uma grande quantidade de escolas na região, além do CECI que fica dentro da Tekoa Pyau.

Em relação à saúde pública é possível observar que a área é carente desse equipamento, possuindo apenas um hospital geral e a UBS existente em uma das aldeias.

- TERRENO
- UBS
- HOSPITAL
- BIBLIOTECA
- ESCOLA PRIVADA
- ESCOLA PÚBLICA INFANTIL
- RESERVA MATA ATLÂNTICA
- ESCOLA PÚBLICA FUNDAMENTAL E MÉDIO

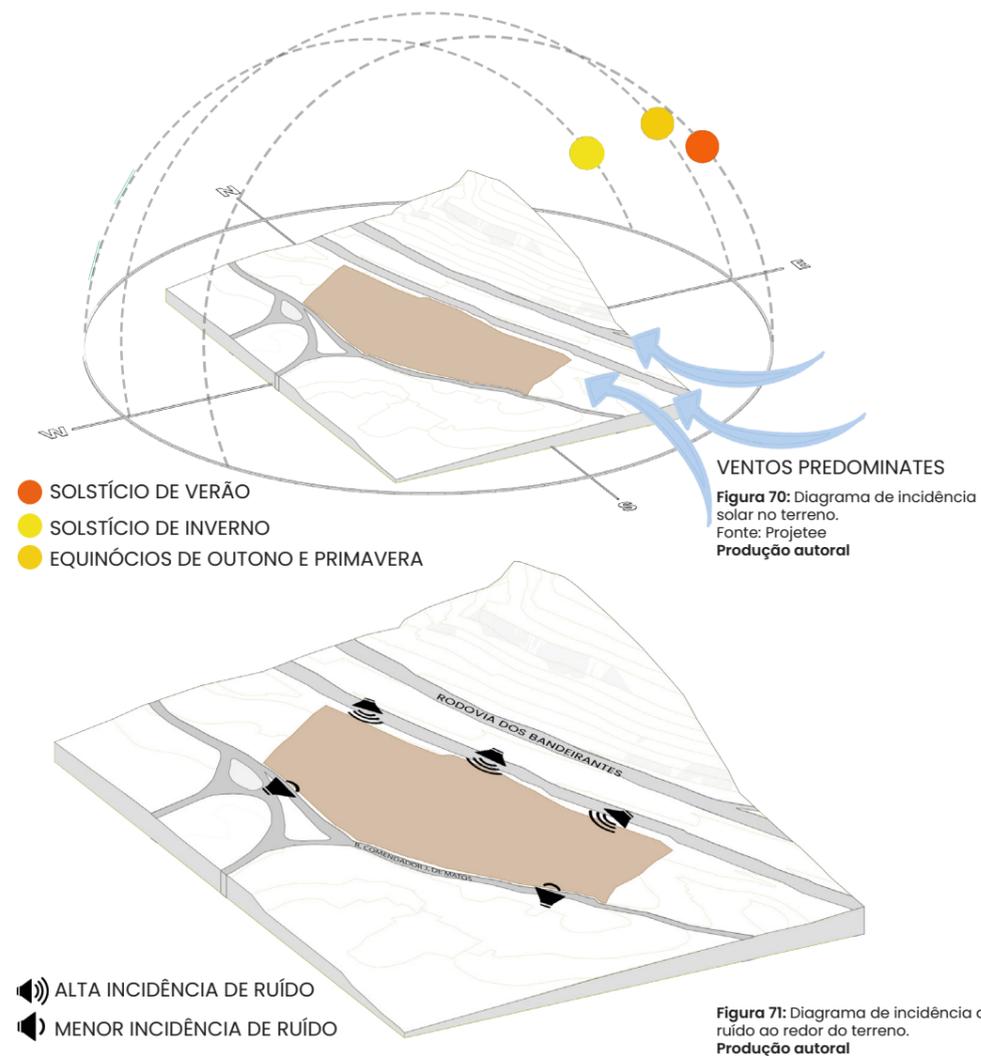
Figura 69: Mapa de equipamentos públicos no entorno do lote
Fonte: Dados GeoSampa
Produção autoral

7. ESTUDO PRELIMINAR

7.1 PREMISSAS PROJETOAIS

O estudo preliminar partiu do entendimento das principais problemáticas da aldeia, sendo elas construtivas, ambientais ou causadas pelo entorno imediato do local.

Com isso, foi proposta uma nova implantação para a aldeia, levando em consideração às construções que não poderão ser realocadas e redistribuindo as habitações, áreas sanitárias e locais de convívio coletivo, gerando novos acessos e trechos de circulação dentro da "Tekoa Pyau".



As edificações em destaque não poderão ser realocadas, portanto a nova implantação deve se adequar à localização atual das mesmas.

CASA DE REZA: Não pode ser realocada pois sua localização é definida espiritualmente, a Casa de Reza ou "opy" é o centro (não necessariamente geográfico) da aldeia.

CECI JARAGUÁ: Não pode ser realocado por se tratar de uma edificação nova e por estar em perfeito estado de preservação.

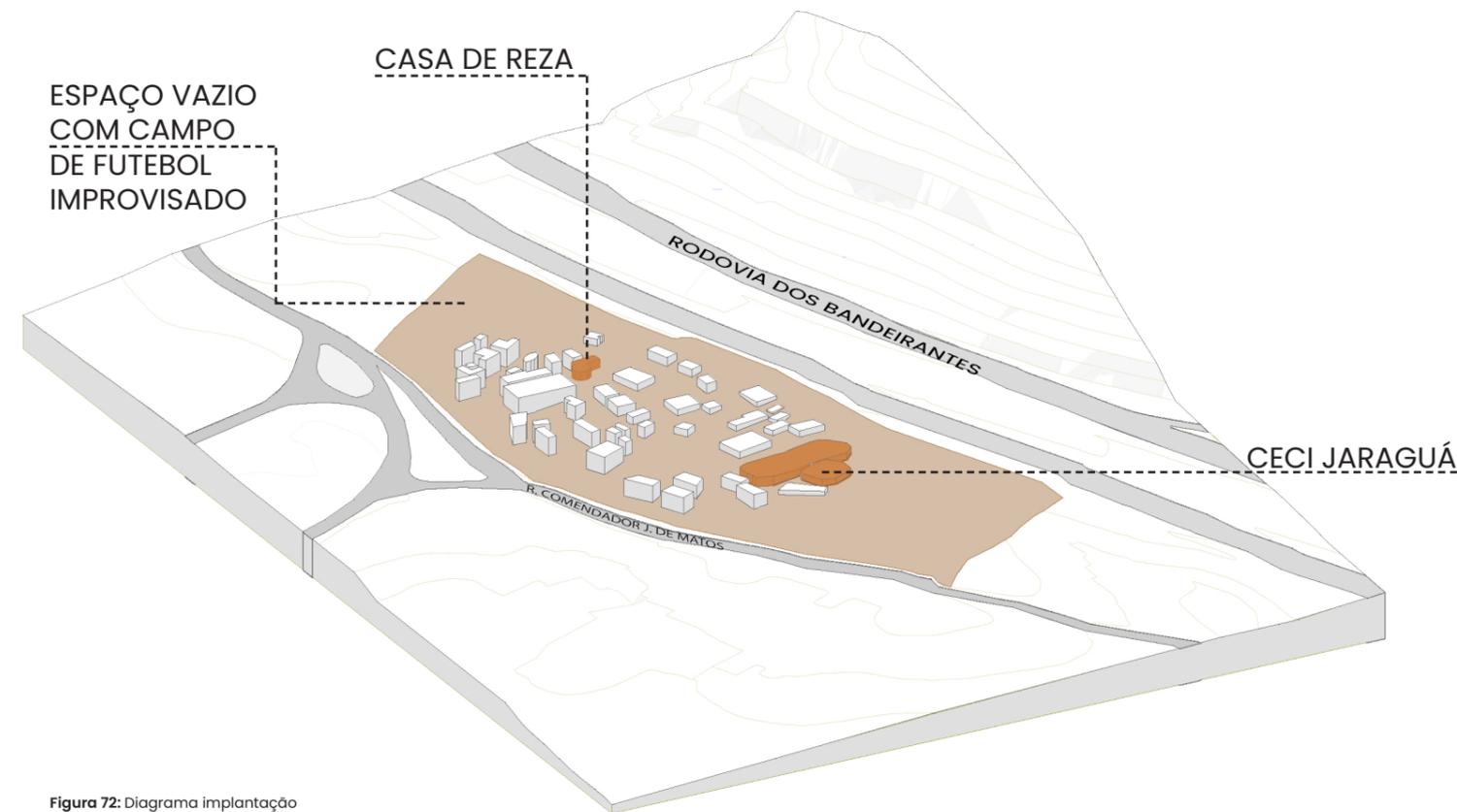


Figura 72: Diagrama implantação atual, com construções a serem mantidas em destaque.
Produção autoral

7.2 IMPLANTAÇÃO ATUAL

A situação atual da aldeia é caracterizada por 5 fatores:

- Pouca infraestrutura sanitária;
- Preservação precária das estruturas das habitações;
- Pouca organização espacial;
- Alta exposição à cidade;
- Poucas áreas verdes.

O terreno possui aproximadamente 39.802m² e é consideravelmente acidentado, com registro de 4 curvas de nível mestras, mas que atualmente já foram modificadas.

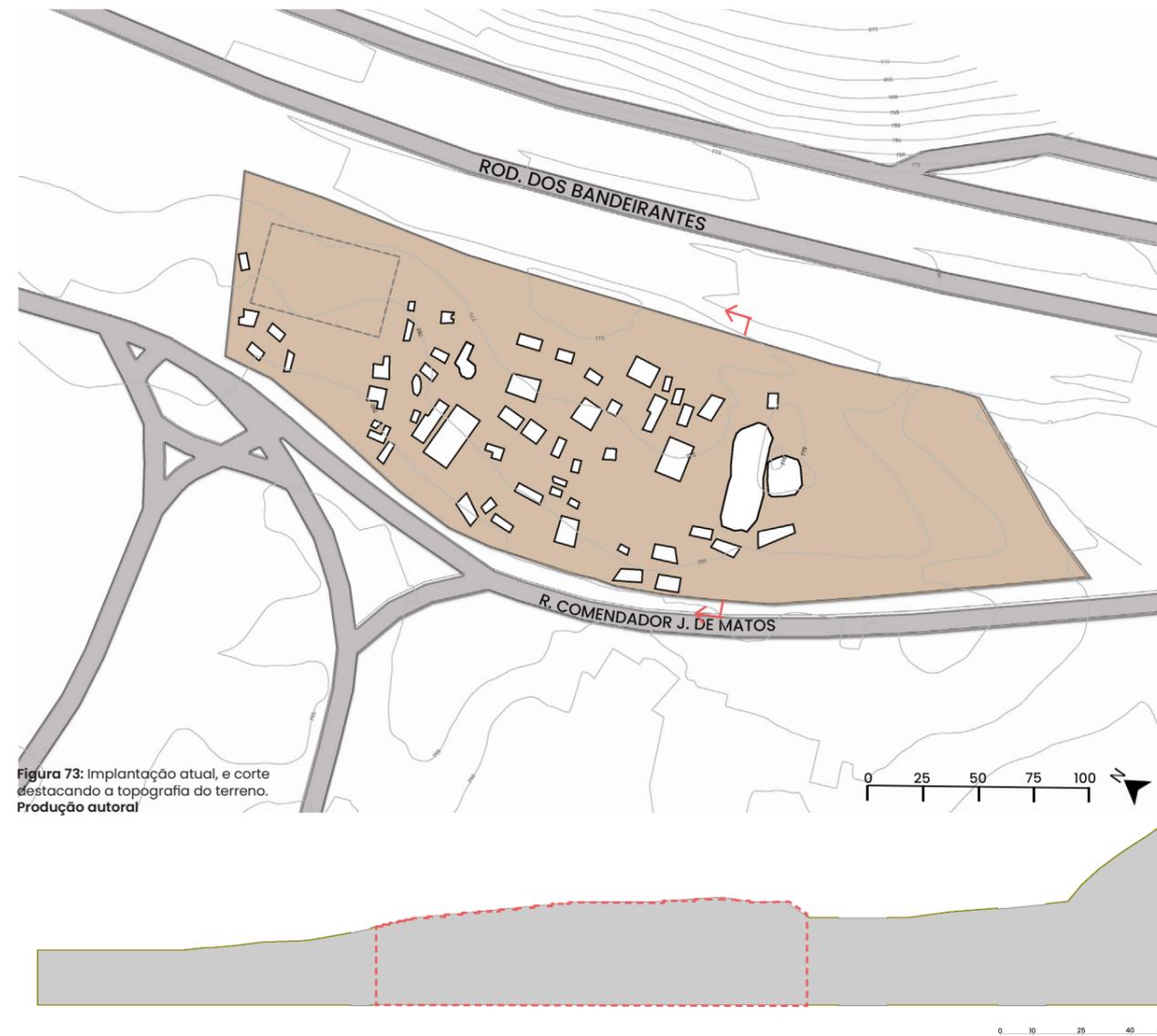


Figura 73: Implantação atual, e corte destacando a topografia do terreno. Produção autoral

7.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

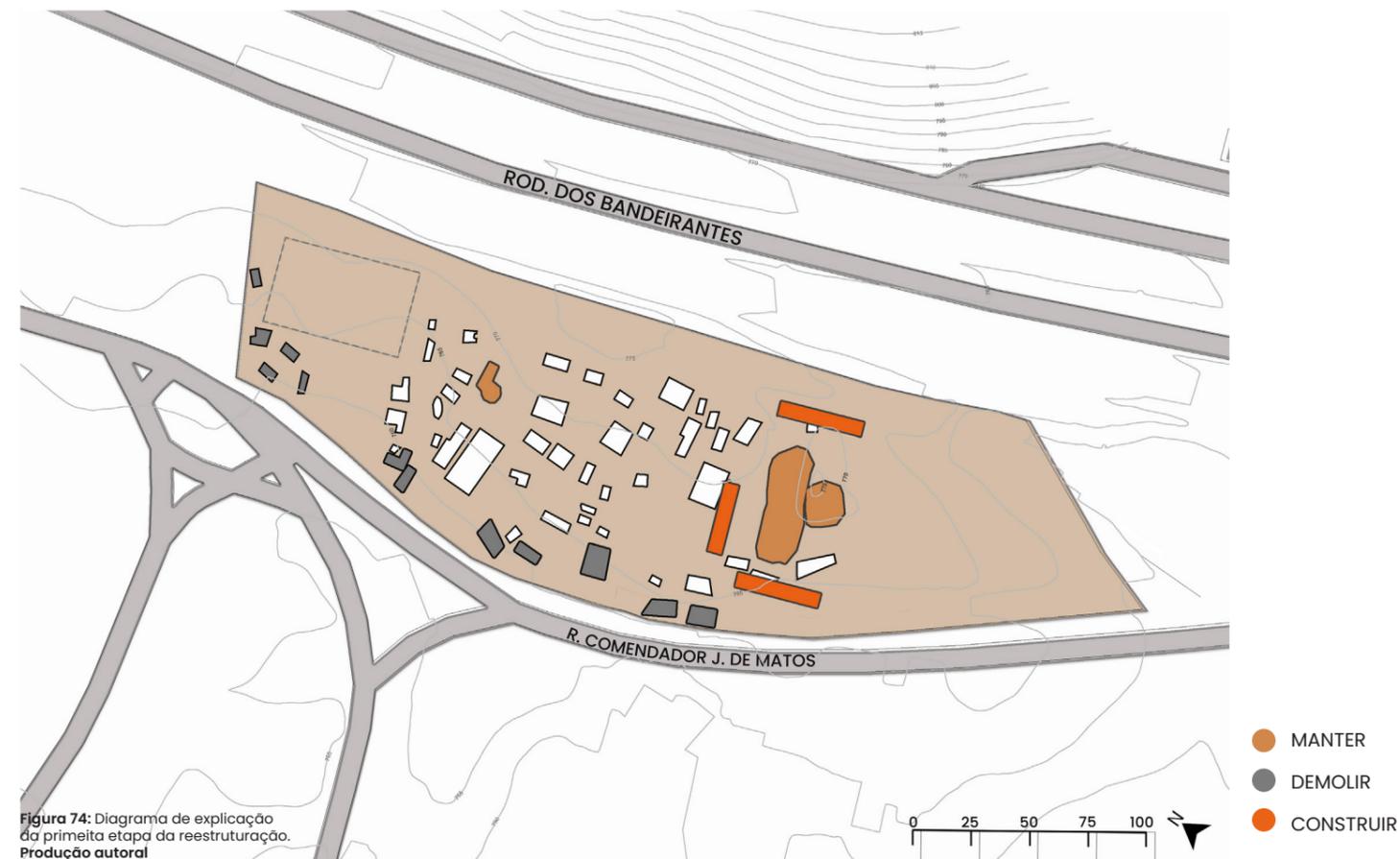
Para atingir o programa idealizado, é necessário que o processo de implantação seja feito em etapas, para que o dia a dia dos indígenas não seja afetado de forma prejudicial.

1º EDIFICAÇÕES
INDIVIDUAIS
MÓDULOS HABITACIONAIS
MÓDULOS SANITÁRIOS
COLETIVAS
CENTRO DE APOIO
CENTRO DE CONVIVÊNCIA
COZINHA E REFEITÓRIO COLETIVOS

2º AMBIENTAL E PAISAGEM
INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO
AMPLIAÇÃO DE COBERTURA VEGETAL E ARBORIZAÇÃO
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE ÁREAS DE CULTIVO
CRIAÇÃO DE ESPAÇO ADEQUADO PARA CRIAÇÃO DE AVES
CRIAÇÃO DE LAGO ARTIFICIAL PARA CRIAÇÃO DE PEIXES

1º ETAPA

Construção de novos módulos habitacionais e sanitários nos espaços residuais e demolição das habitações mais afetadas pelas problemáticas do terreno.



2º ETAPA

Ampliação da cobertura vegetal e arborização nas bordas da Aldeia, criando um cercamento e proteção natural, além de proporcionar maior privacidade pelo afastamento em relação às ruas do entorno, criando também novos acessos.



3º ETAPA

Demolição de mais uma parte das estruturas existentes e construção de novos módulos habitacionais e sanitários mais construção de módulo que abrigará os locais de atividades coletivas, como os centros de convivência e apoio, cozinha e refeitório comunitários.



Figura 76: Diagrama de explicação da terceira etapa da reestruturação. Produção autoral

- MÓDULOS COLETIVOS
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES FIXAS
- MÓDULOS HABITACIONAIS E SANITÁRIOS

4º ETAPA

Definição de novas áreas para cultivo e atividades coletivas, reorganização do desenho da paisagem, como repaginação dos pisos artificiais que guiam os percursos dentro da aldeia.

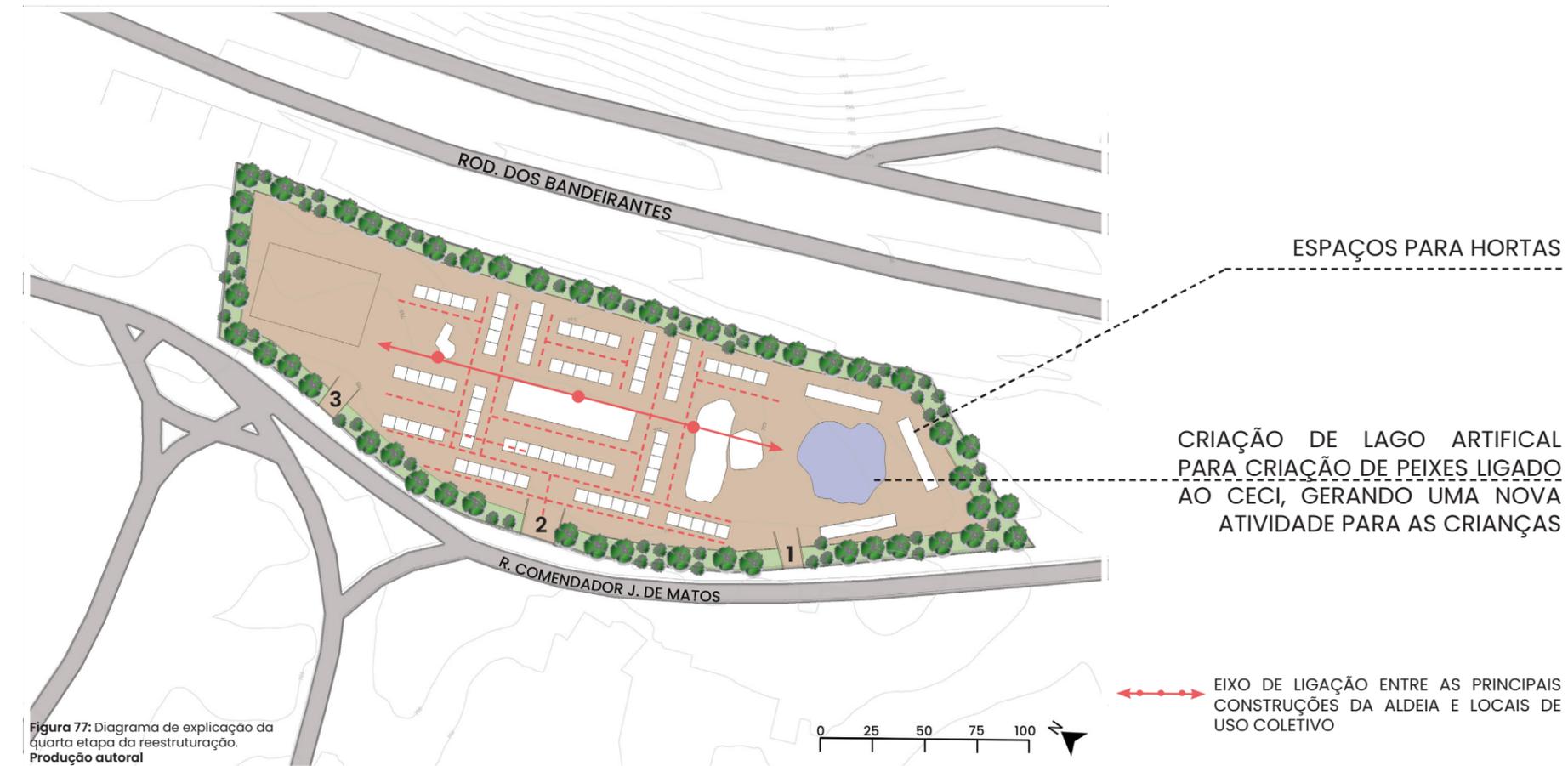


Figura 77: Diagrama de explicação da quarta etapa da reestruturação. Produção autoral

ESPAÇOS PARA HORTAS

CRIAÇÃO DE LAGO ARTIFICIAL PARA CRIAÇÃO DE PEIXES LIGADO AO CECI, GERANDO UMA NOVA ATIVIDADE PARA AS CRIANÇAS

EIXO DE LIGAÇÃO ENTRE AS PRINCIPAIS CONSTRUÇÕES DA ALDEIA E LOCAIS DE USO COLETIVO

7.4 MÓDULOS - MATERIALIDADE E SISTEMA CONSTRUTIVO

O estudo preliminar do projeto busca alternativas que proporcione uma construção com materiais naturais, sendo eles: bambu, palha e tijolos ecológicos.

A modulação estrutural base simples de 1,50 x 1,50 metros, proporciona uma grande variedade de possibilidades para a concepção dos módulos.

SANITÁRIOS = 3,00 x 3,00 metros

HABITACIONAL = 6,00 x 6,00 metros

HABITACIONAL = 7,50 x 7,50 metros

COLETIVOS = 15,00 x 15,00 metros

Os primeiros esboços para os módulos habitacionais consistem em uma edificação com base em tijolos, fechamento lateral em bambus com leves curvaturas e cobertura em palha.

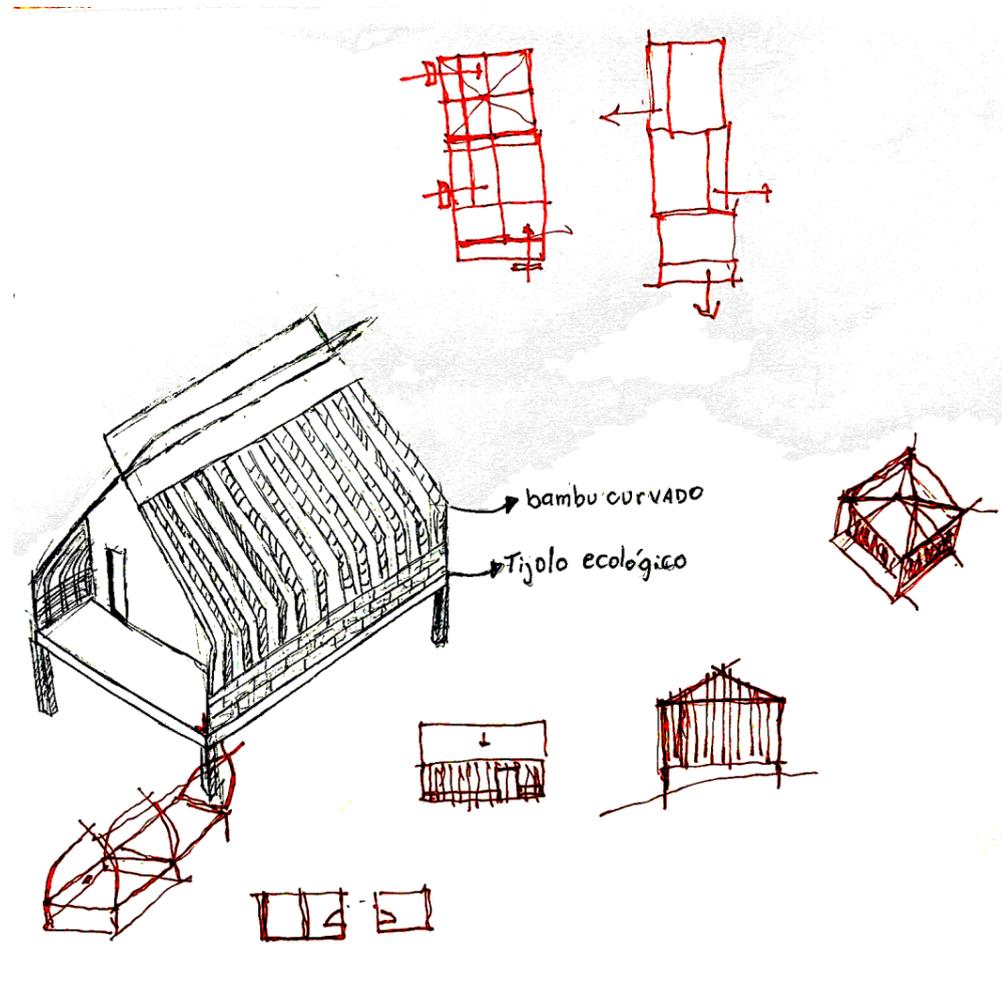
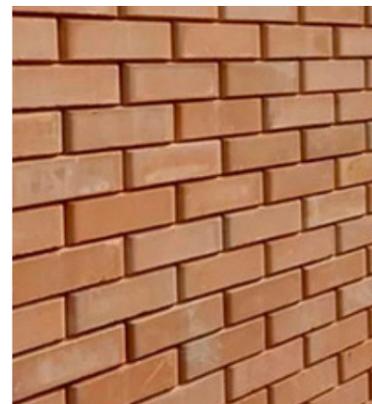


Figura 78: Esboço de módulo e sua materialidade.
Produção autoral



Distribuição dos pilares estruturais do módulo habitacional.

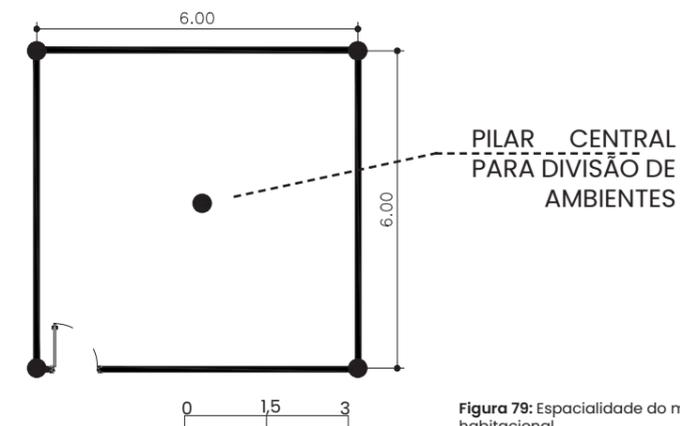


Figura 79: Espacialidade do módulo habitacional.
Produção autoral

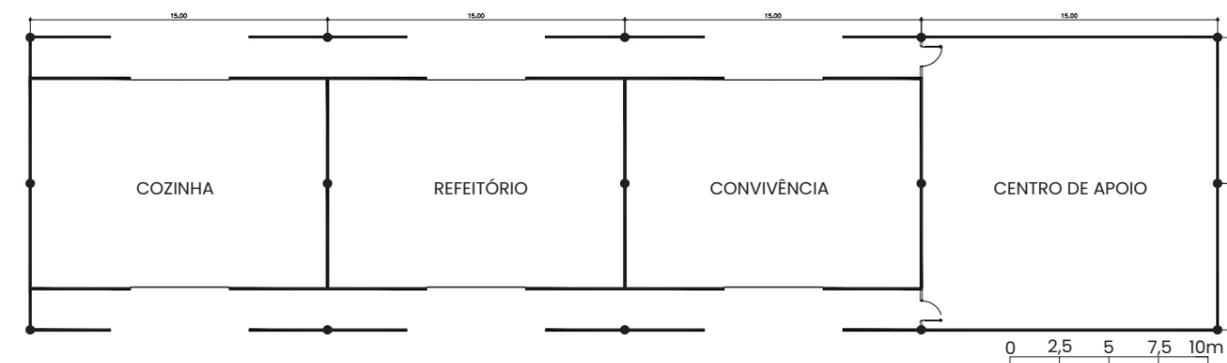


Figura 80: Espacialidade do módulo coletivo.
Produção autoral

Distribuição dos pilares estruturais e divisão dos ambientes do módulo coletivo.

PROJETO



PLANTA SITUAÇÃO

LEGENDA:
 1 - CAMPO DE FUTEBOL EXISTENTE | 2 - CASA DE REZA | 3 - CECI | 4 - HORTA COLETIVA | 5 - LAGO ARTIFICIAL | 6 - MÓDULOS HABITACIONAIS E SANITÁRIOS | 7 - MÓDULOS COLETIVOS E TURÍSTICOS



Figura 81: Planta de situação
Fonte: Produção autoral



Pavimentação dos eixos de circulação em solo cimento

Cobertura natural/grama



Figura 82: Planta de situação + diagrama de materialidade
Fonte: Produção autoral

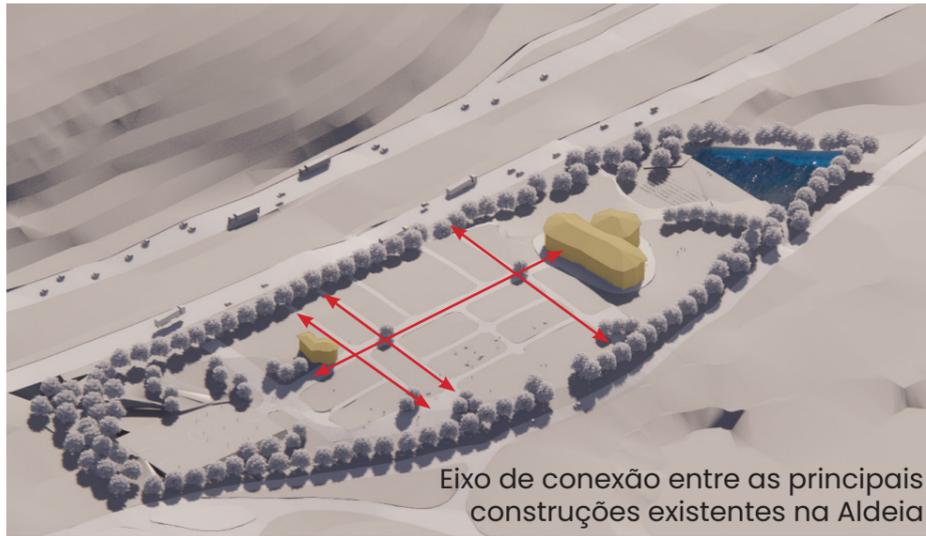


Figura 83: Diagrama eixos de circulação
Fonte: Produção autoral



Figura 83: Diagrama áreas comuns
Fonte: Produção autoral

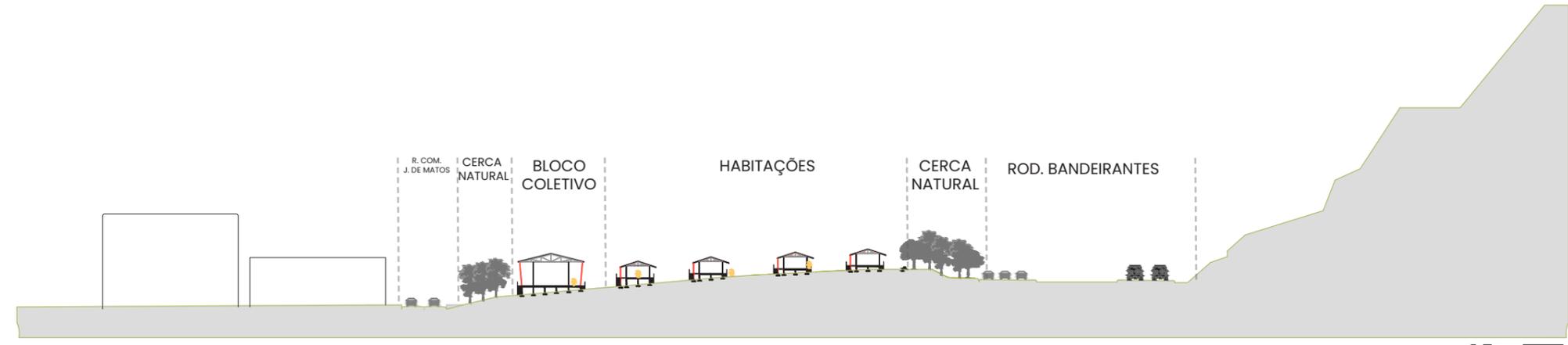


Figura 84: Corte transversal
Fonte: Produção autoral

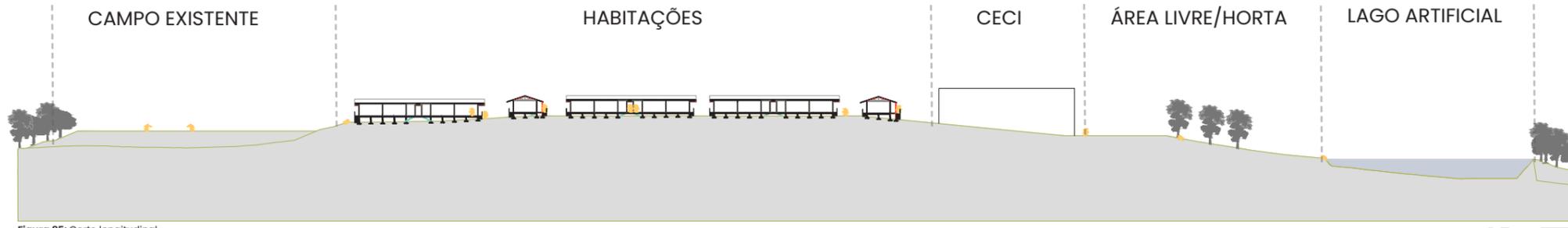
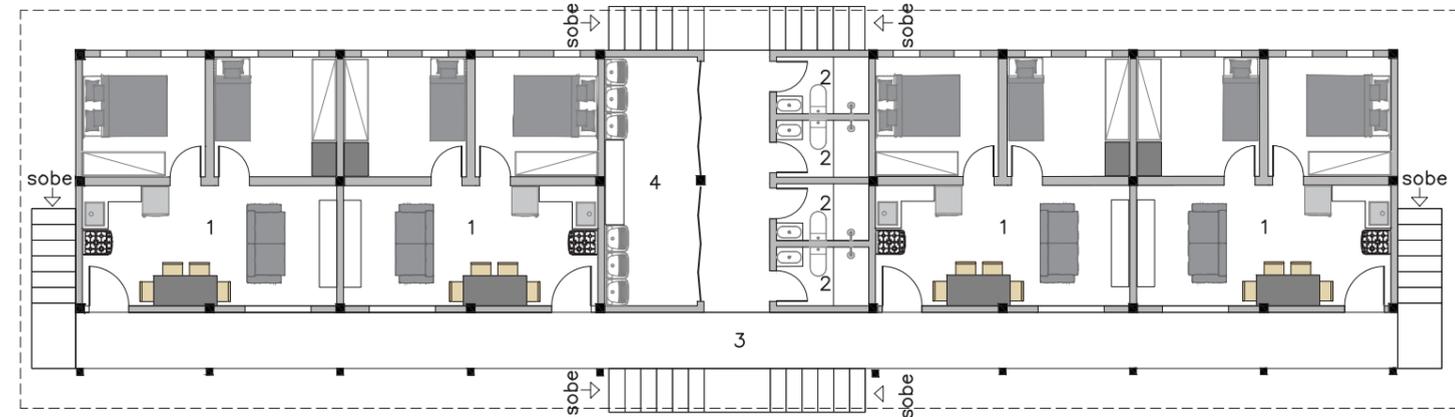


Figura 85: Corte longitudinal
Fonte: Produção autoral





PLANTA LAYOUT BLOCO RESIDENCIAL E SANITÁRIOS

LEGENDA:
1 - RESIDENCIAL | 2 - SANITÁRIOS | 3 - DECK |
4 - LAVANDERIA COLETIVA

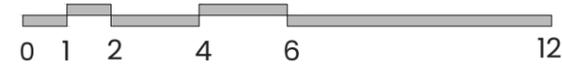
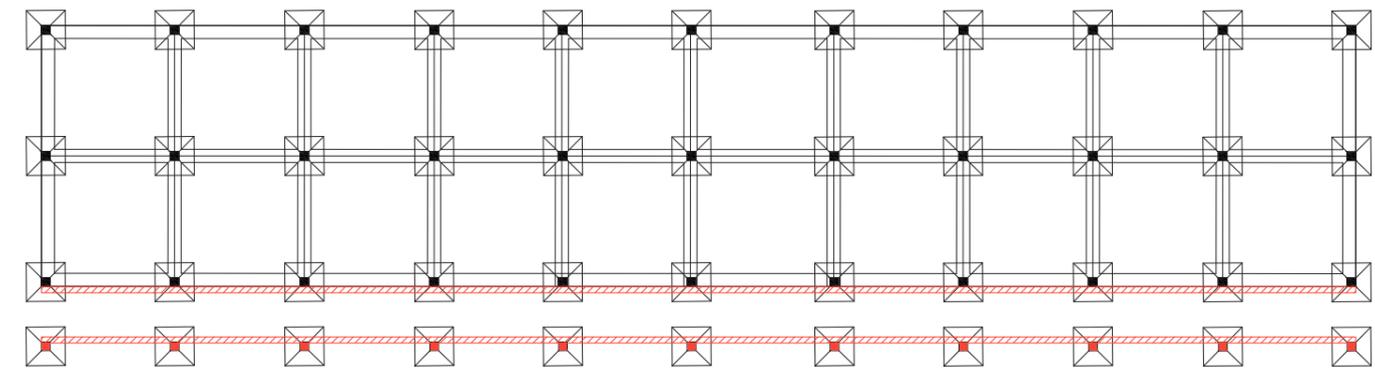


Figura 86: Planta bloco residencial
 Fonte: Produção autoral



PLANTA ESTRUTURAL BLOCO RESIDENCIAL E SANITÁRIOS



Figura 87: Planta estrutura bloco residencial
 Fonte: Produção autoral

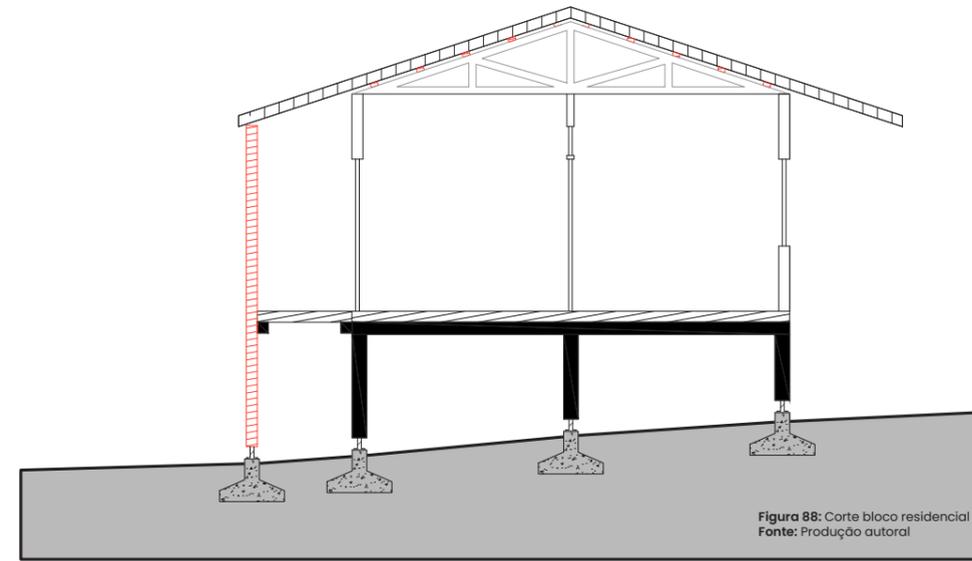


Figura 88: Corte bloco residencial
 Fonte: Produção autoral

CORTE BLOCO RESIDENCIAL

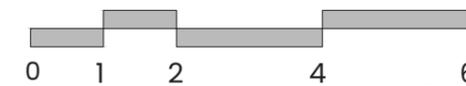


Figura 89: Imagem 3D bloco residencial
 Fonte: Produção autoral

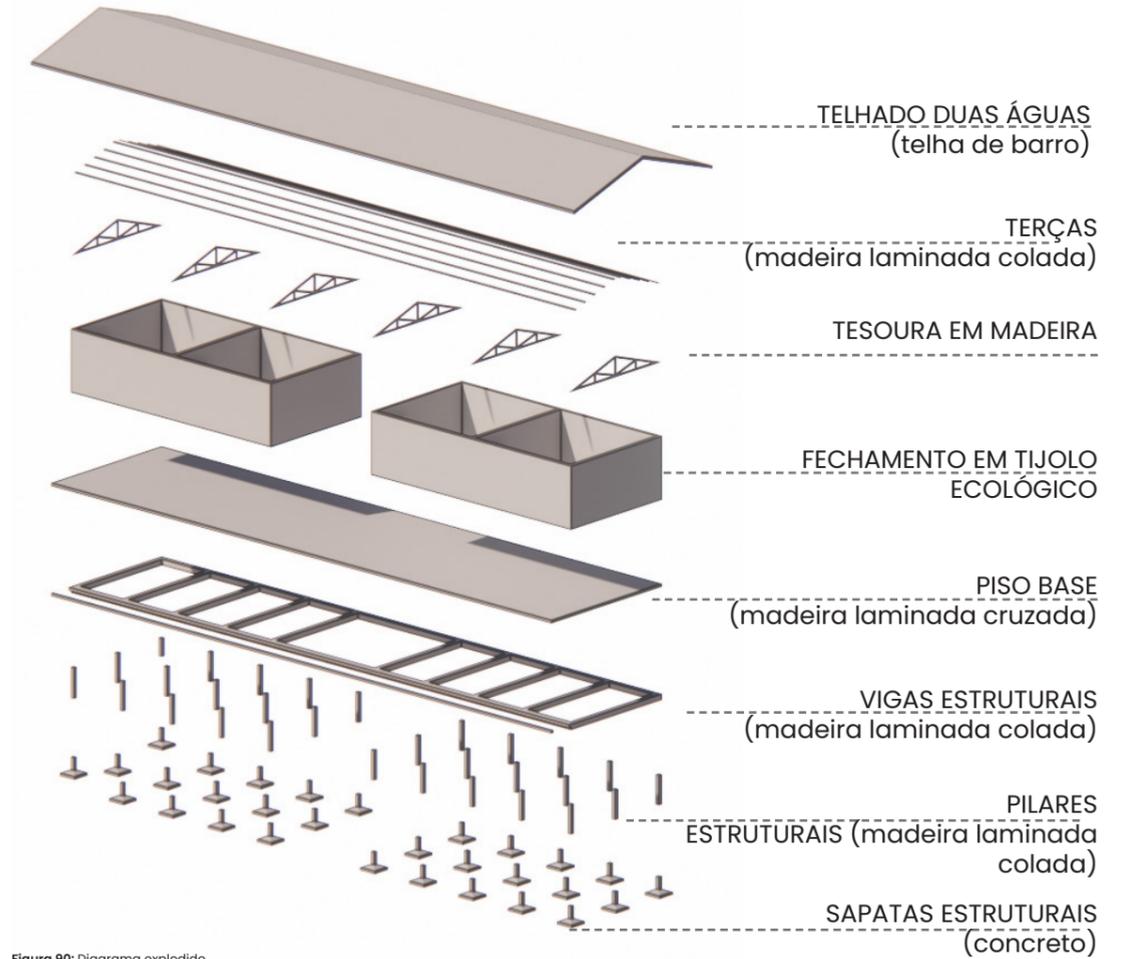
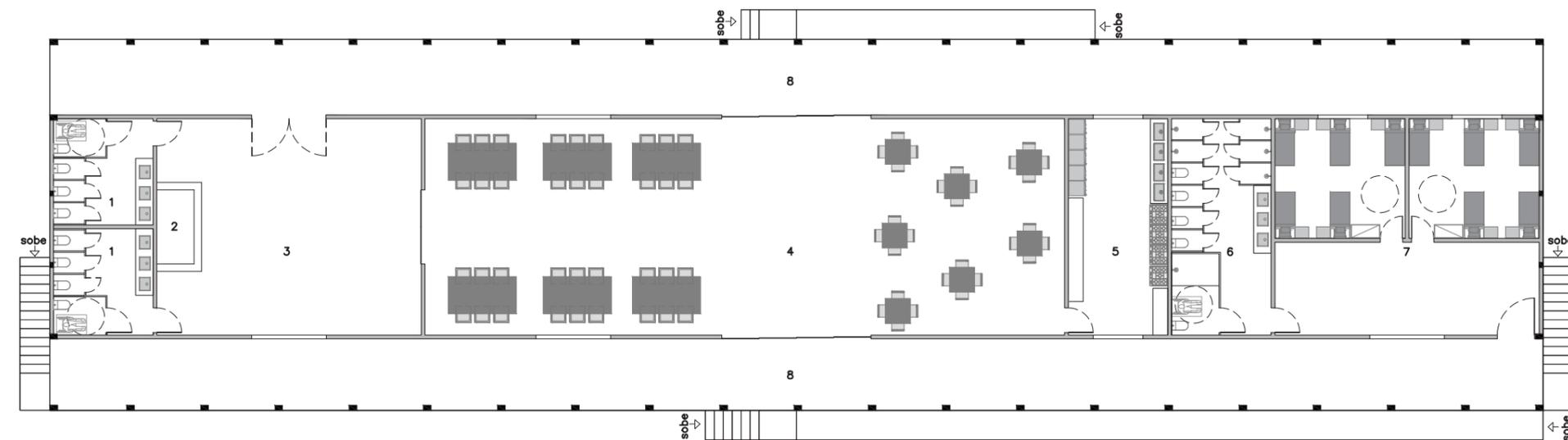


Figura 90: Diagrama explodido
 Fonte: Produção autoral





PLANTA LAYOUT BLOCO COLETIVO

LEGENDA:

1 - SANITÁRIOS | 2 - LOJA | 3 - CONVIVÊNCIA | 4 - REFEITÓRIO/
RESTAURANTE
5 - COZINHA COLETIVA | 6 - VESTIÁRIO | 7 - CENTRO DE APOIO
MULHERES

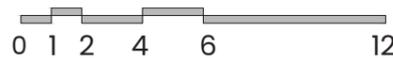
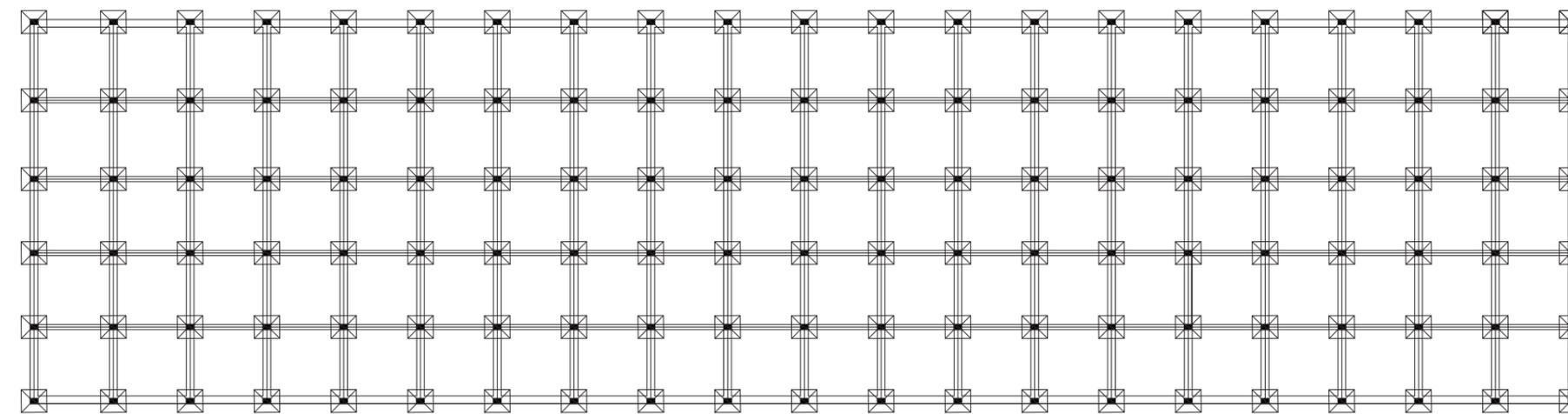


Figura 91: Planta
bloco coletivo
Fonte: Produção autoral



PLANTA ESTRUTURAL BLOCO COLETIVO

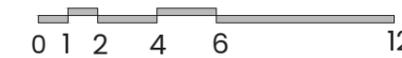


Figura 92: Planta estrutura
bloco coletivo
Fonte: Produção autoral

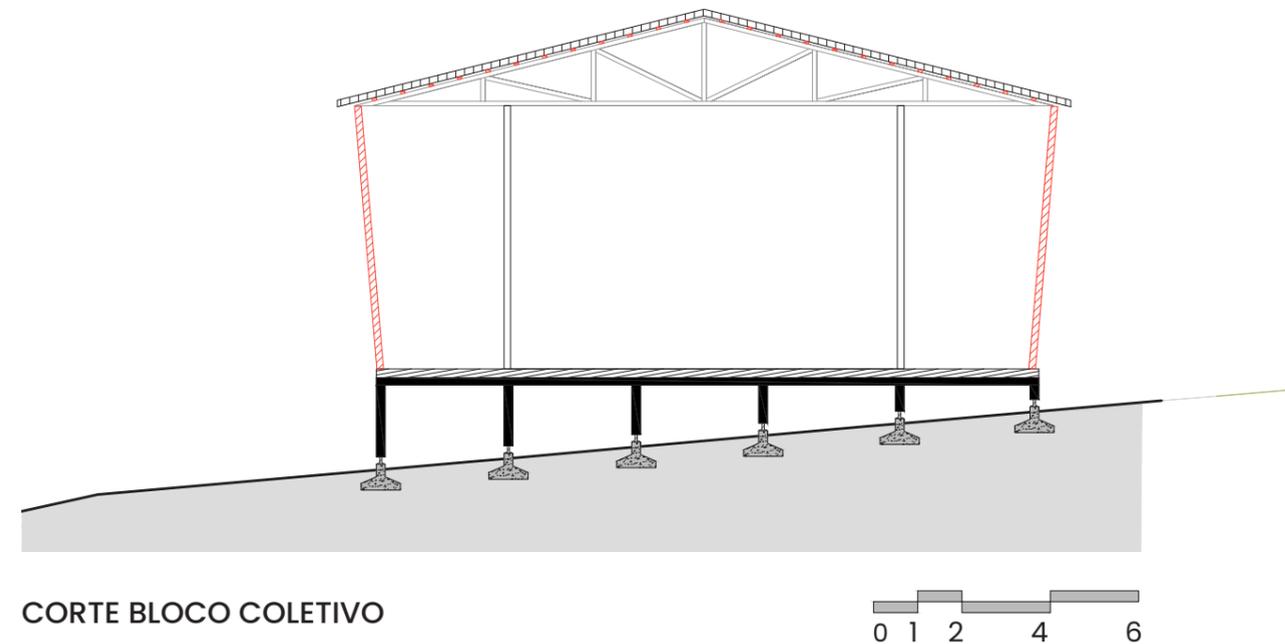


Figura 93: Corte bloco coletivo
Fonte: Produção autoral

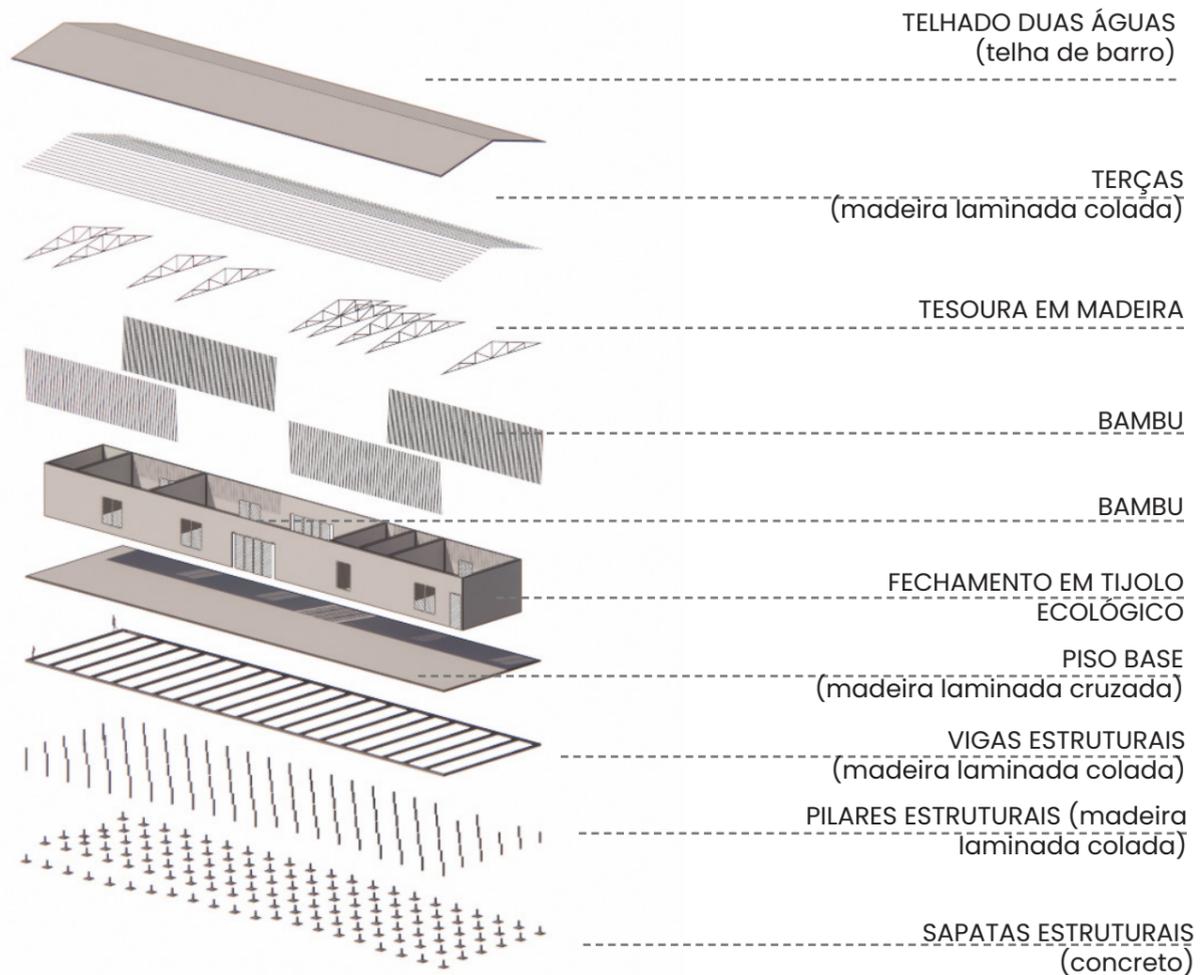


Figura 94: Diagrama explodido
Fonte: Produção autoral



Figura 95: Imagem 3D bloco coletivo
Fonte: Produção autoral





Figura 96: Imagem 3D bloco coletivo
Fonte: Produção autoral

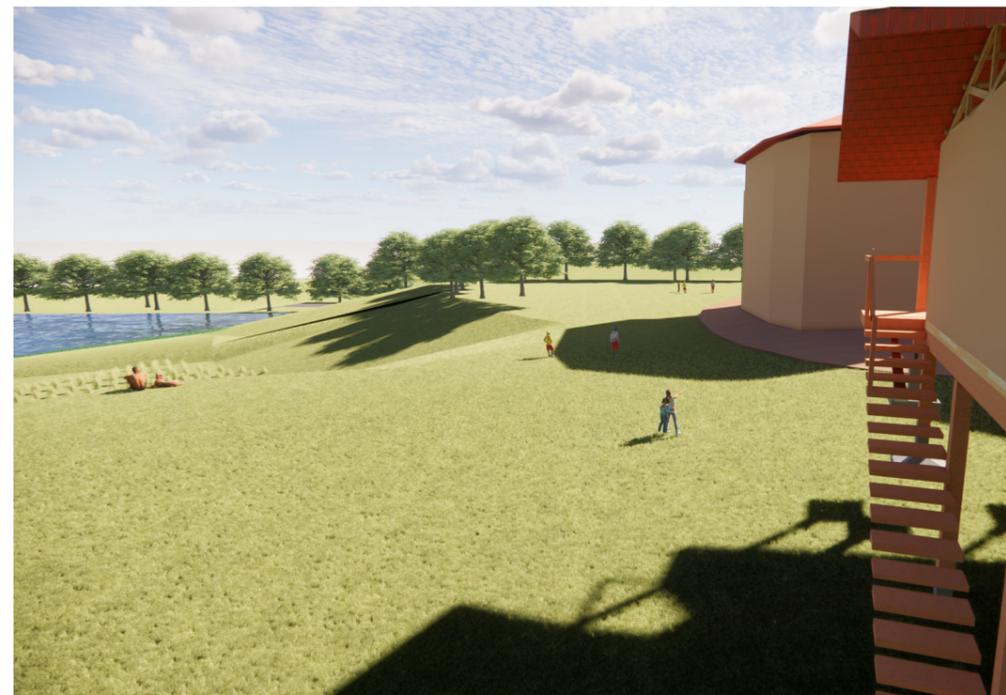


Figura 97: Imagem 3D área comum
Fonte: Produção autoral



Figura 98: Imagem 3D eixo de conexão
Fonte: Produção autoral



Figura 99: Imagem 3D casa de reza
Fonte: Produção autoral

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a primeira etapa do TFG, o tema proposto foi analisado de forma a servir como embasamento teórico para o desenvolvimento coerente de módulos habitacionais, sanitários e coletivos. O objetivo principal foi compreender quais as necessidades principais e qual a materialidade ideal para a construção desses módulos que serão implantados na Aldeia buscando melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que nela residem.

Na segunda etapa, o processo de detalhamento teve como fator norteador a topografia do terreno, pois os módulos foram assentados de acordo com a maioria dos desníveis existentes, visando pouca movimentação de terra. A implantação definida busca o melhor aproveitamentos dos espaços e a criação de um fluxo mais simples entre as principais construções existentes da Aldeia.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 231, de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil

BRASIL. Constituição (1996). Decreto nº 1775, de 08 de janeiro de 1996.

BRASIL. Constituição (1973). Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Estatuto do Índio**.

AN LENGEN, Johan. **Arquitetura dos Índios da Amazônia**. Brasil: B4, 2013. 132 p.

COLETIVO, Chão. **Memórias, saberes e técnicas construtivas dos Guarani Mbya na Terra Indígena Jaraguá**. São Paulo: Escola da Cidade, 2022. 136 p.

AMAZÔNIA, Fas. Conhecimento dos povos indígenas é essencial para preservar biodiversidade. 2023. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/03/16/conhecimento-dos-povos-indigenas-e-essencial-para-preservar-biodiversidade/>. Acesso em: 260 abr. 2023.

Brasil. Fundação Nacional de Material Escolar. **Atlas histórico escolar** [por] Manoel Maurício de Albuquerque, Arthur César Ferreira Reis [e] Carlos Delgado de Carvalho. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, FENAME, 1977 160p.

APIB. **Sobre**. 2005. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

COIAB. **Quem somos**. 1989. Disponível em: <https://coiab.org.br/quemsomos>. Acesso em: 04 abr. 2023.

NEIVA, Leonardo. **Como colonizadores infectaram milhares de índios no Brasil com presentes e promessas falsas**: relatos registrados ao longo da história do Brasil apontam para o uso proposital de doenças como armas biológicas. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53452614#:~:text=Doen%C3%A7as%20como%20var%C3%ADola%20sarampo%20febre,acordo%20com%20dados%20do%20governo>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RODRIGUES, Iasmim da Silva. **Por que há necessidade de falar sobre povos indígenas nas regiões em que essa população é minoritária?** 2020. Disponível em: <https://itr.ufrjr.br/determinacaoverde/por-que-ha-necessidade-de-falar-sobre-povos-indigenas-nas-regioes-em-que-essa-populacao-e-minoritaria/#:~:text=A%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20ind%C3%ADgena,todos%20os%20>

pa%C3%ADses%20do%20mundo. Acesso em: 15 mar. 2023.

GONÇALVES, Juliana. **Em São Paulo, menor reserva indígena do país luta contra redução de território**: com 700 pessoas, terra indígena jaraguá ocupa área menor do que 2 campos de futebol; direitos básicos são negligenciados. 2017. Brasil de Fato | São Paulo (SP). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/em-sao-paulo-menor-reserva-indigena-do-pais-luta-contr-reducao-de-territorio/#:~:text=Menor%20terra%20ind%C3%ADgena&text=Em%201987%2C%20o%20governo%20federal,hectares%20de%20terra%20aos%20guarani>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NET, Pirituba. **ALDEIA INDÍGENA**. ALDEIAS TEKOA PYAÚ E TEKOA ITU. 2020. Disponível em: <https://www.pirituba.net/aldeiajaragu%C3%A1/>. Acesso em: 23 mar. 2023

PAPPIANI, Angela. **Trincheiras indígenas no coração das cidades**. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/vida-e-resistencia-indigena-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ZOROWICH, Ana Clara. **Taipa de mão ou Pau**

a Pique. 2018. Disponível em: <http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-mao-ou-pau-a-pique/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

TALARICO, Paulo. **Onde estão os 21 mil indígenas da grande SP**. 2019. Disponível em: https://www.agenciamural.org.br/guarulhos-e-osasco-o-passado-e-o-presente-indigena-na-grande-sp/?gclid=EAIaIQobChMIwcbN8Y3Z_QIVfBPUAR0bMga_EAAYASAAEgKazvD_BwE. Acesso em: 03 abr. 2023.

BUENO, Flávia Assumpção de Godoy. **O MODO DE VIDA GUARANI E SUAS MÚLTIPLAS PAISAGENS NO JARAGUÁ, SÃO PAULO – SP**. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Bacia Amazônica. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/bacia-amazonica/>. Acesso em: 15 mar. 2023

CIMI. **Invasões de terras indígenas tiveram novo aumento em 2021, em contexto de violência e ofensiva contra direitos**. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/>

relatorioviolencia2021/. Acesso em: 15 mar. 2023.

CIMI. **Portaria MJ n.º 14, de 9 de janeiro de 1996**. 2004. Disponível em: <https://cimi.org.br/2004/06/21882/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PAULO, Secretaria Municipal de São. **Índios guarani da cidade de São Paulo comemoram um ano do Programa Aldeias no CCSP**. 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=17423>. Acesso em: 30 mar. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Vitória dos Guarani-Mbya: juíza proíbe obras da Tenda em área vizinha à Terra Indígena**. 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/vitoria-dos-guarani-mbya-juiza-proibe-obras-da-tenda-em-area-vizinha-a-terra-indigena>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PAULO, Secretaria Municipal de São. **Centro de Educação e Cultura Indígena – CECI**. 2020. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/centro-de-educacao-e-cultura-indigena-ceci-1/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CIMI. **TERRAS INDÍGENAS**. Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

LIVRES, Jornalistas. **Uma conversa com Karai Popygua (David), liderança indígena Guarani**. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/uma-conversa-com-karai-popygua-david-lideranca-indigena-guarani/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DURANTE, Marcela. **Existe e Resiste Guarani em São Paulo: vamos lutar até o fim ao lado desses povos para dizer ao geraldo alckmin que o jaraguá é cada dia mais guarani!**. 2017. Disponível em: <https://samiabomfim.com.br/blog/guarani-jaragua-sao-paulo-resiste/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AUGUSTO, Otávio. **Desde 1985, somente Temer e Bolsonaro não demarcaram terras indígenas**. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/desde-1985-somente-temer-e-bolsonaro-nao-demarcaram-terras-indigenas>. Acesso em: 06 abr. 2023.

GARCIA, Maria Fernanda. **Voluntários e crianças plantam árvores frutíferas doadas em aldeias guarani**. 2023. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/voluntarios-e-criancas-plantam-arvores-frutiferas-doadas-em-aldeias-guaranis/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

observatorio3setor.org.br/noticias/voluntarios-e-criancas-plantam-arvores-frutiferas-doadas-em-aldeias-guaranis/. Acesso em: 05 abr. 2023.

COSTA, Carlos Zibel. **O desenho cultural da arquitetura guarani**. 1993. 130 f. Monografia (Especialização) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

Camilla Ghisleni. **“Materiais e técnicas de construção dos povos indígenas brasileiros como futuro para a arquitetura”** 13 Set 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 4 Mai 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/987464/materiais-e-tecnicas-de-construcao-dos-povos-indigenas-brasileiros-como-futuro-para-a-arquitetura>> ISSN 0719-8906

Grupo]] Fresta. **“Manual de moradia Guarani”** 12 Set 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 4 Mai 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/947124/manual-de-moradia-guarani>> ISSN 0719-8906

Grupo]] Fresta. **“Manual de moradia Guarani”** Premiação IAB 2019. https://www.iabsp.org.br/manual_de_moradia_guarani.pdf

ROSENBAUM. **CASA YAWANAWÁ**. 2020. Disponível em: <https://rosenbaum.com.br/escritorio/projetos/casa-yawanawa/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ROVO, Mirian Keiko Ito; SANTOS OLIVEIRA, Beatriz. **Por um regionalismo eco-eficiente: a obra de Severiano Mário Porto no Amazonas**. Arqtextos, São Paulo, ano 04, n. 047.04, Vitruvius, abr. 2004 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.047/594>>.

HENRIQUES, Gonçalo Castro. **Severiano Porto. Sintaxe e processo, que futuro(s)?** Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 198.03, Vitruvius, nov. 2016 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.198/6303>>.

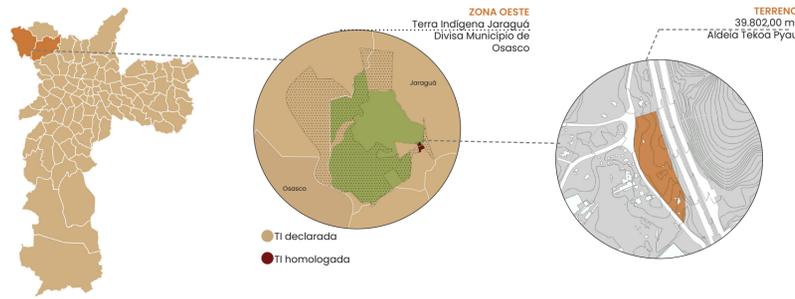
LOCALIZAÇÃO

Localizada na Zona Oeste de São Paulo, a Tekoa Pyau é o local de implantação do projeto, que visa reestruturar a aldeia em todos os seus âmbitos (estrutural, sanitário e ambiental).

A adoção de novos módulos residenciais e sanitários busca mudar a situação das habitações do local, que encontram-se em estado crítico.

Já a criação da horta comunitária, do lago artificial e da faixa de vegetação que circunda a aldeia, tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições alimentícias dos habitantes da aldeia e "protegê-la" da cidade de forma natural, sem a criação de grandes muros.

O projeto tem como condicionante a valorização e resgate de cultura Guarani Mbya através da forma construtiva e materialidade. Porém se apoia no fato de que essa é uma aldeia urbanizada e o desenvolvimento de um projeto racionalizado foi primordial para a definição da implantação e tomadas de decisões.



PLANTA SITUAÇÃO
ESCALA 1:1000

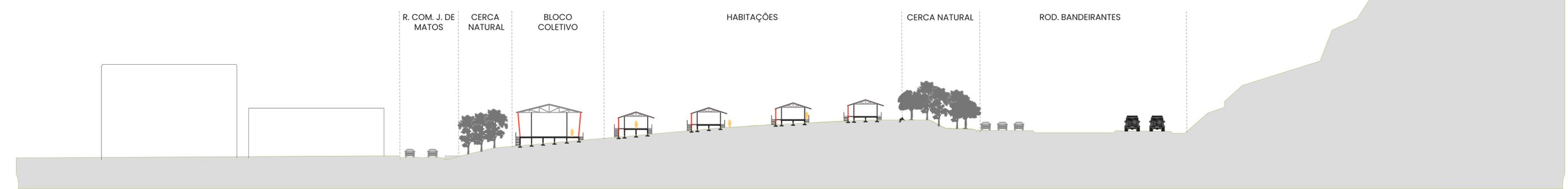
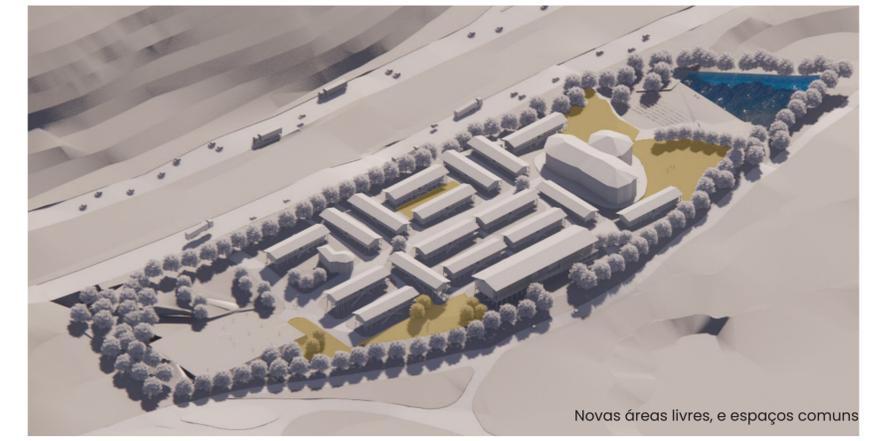
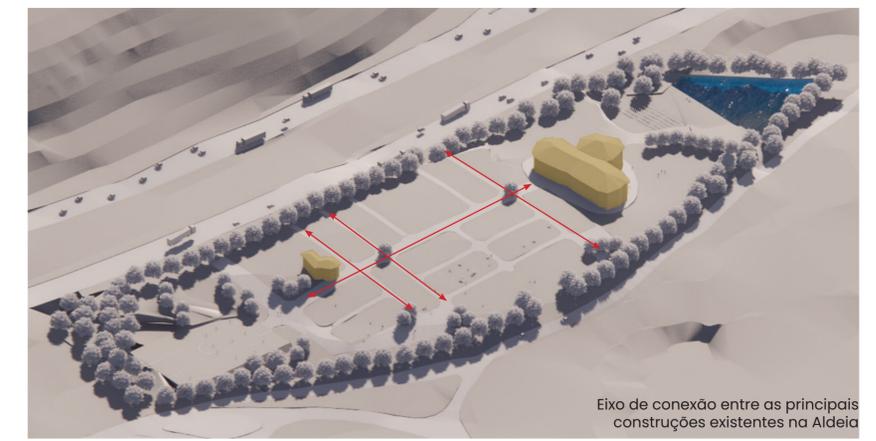
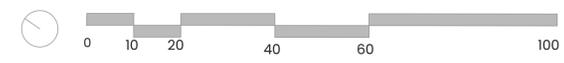
LEGENDA:

1 - CAMPO DE FUTEBOL EXISTENTE | 2 - CASA DE REZA | 3 - CECI
4 - HORTA COLETIVA | 5 - LAGO ARTIFICIAL | 6 - MÓDULOS HABITACIONAIS E SANITÁRIOS | 7 - MÓDULOS COLETIVOS E TURÍSTICOS

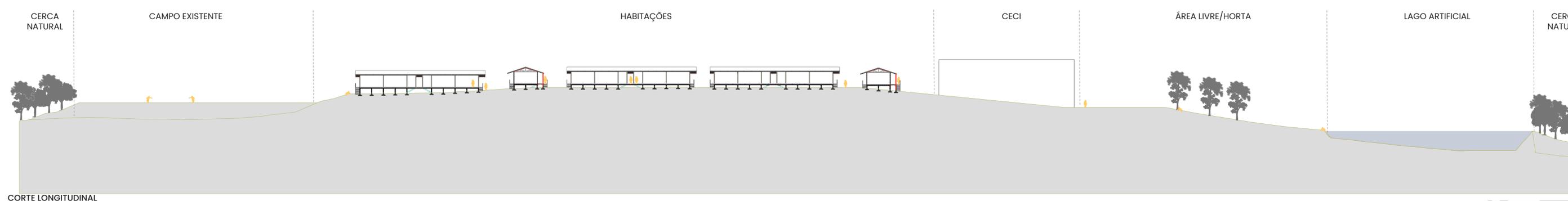




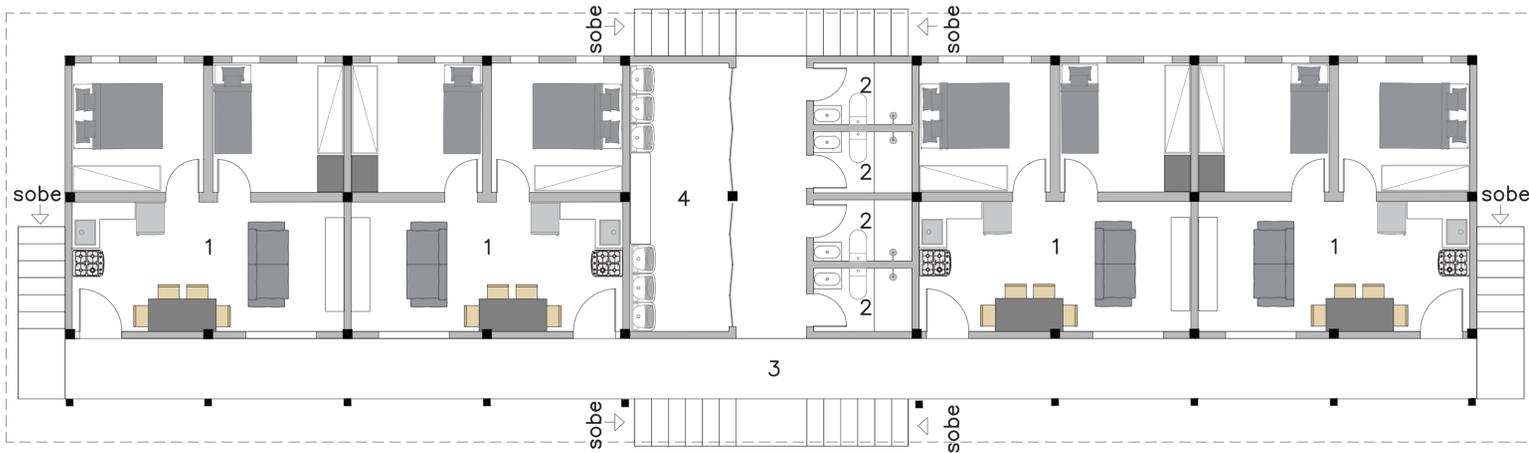
PLANTA IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1:500



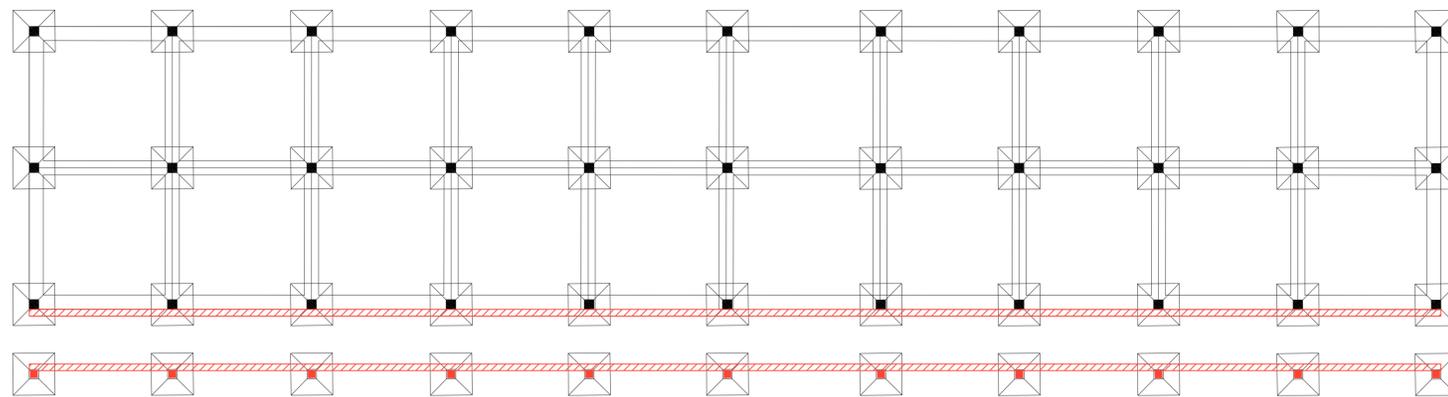
CORTE TRANSVERSAL
ESCALA 1:500



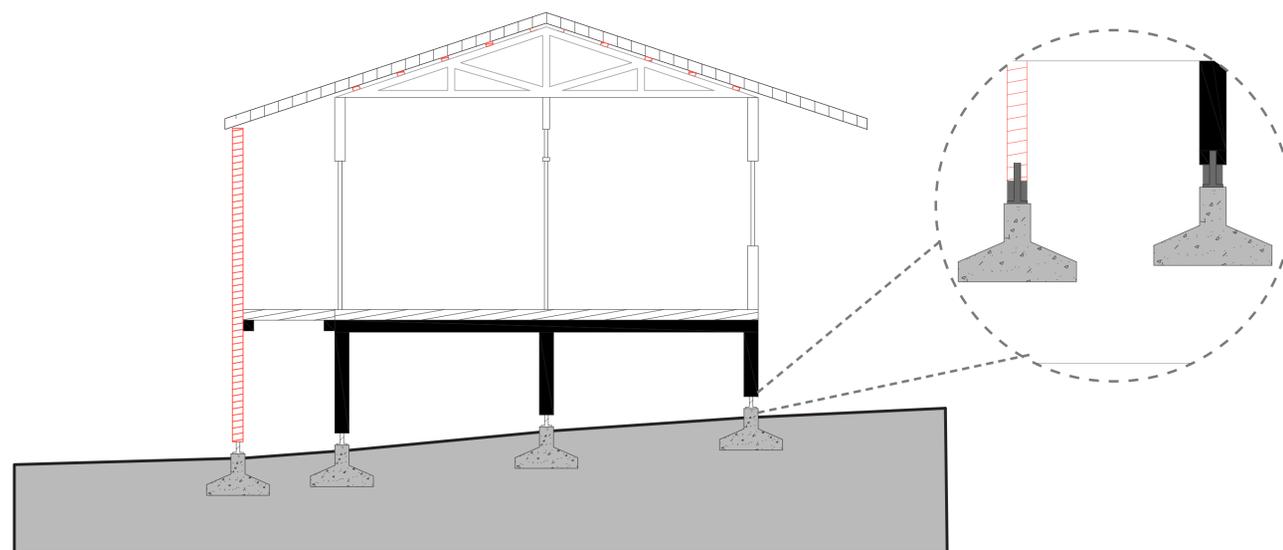
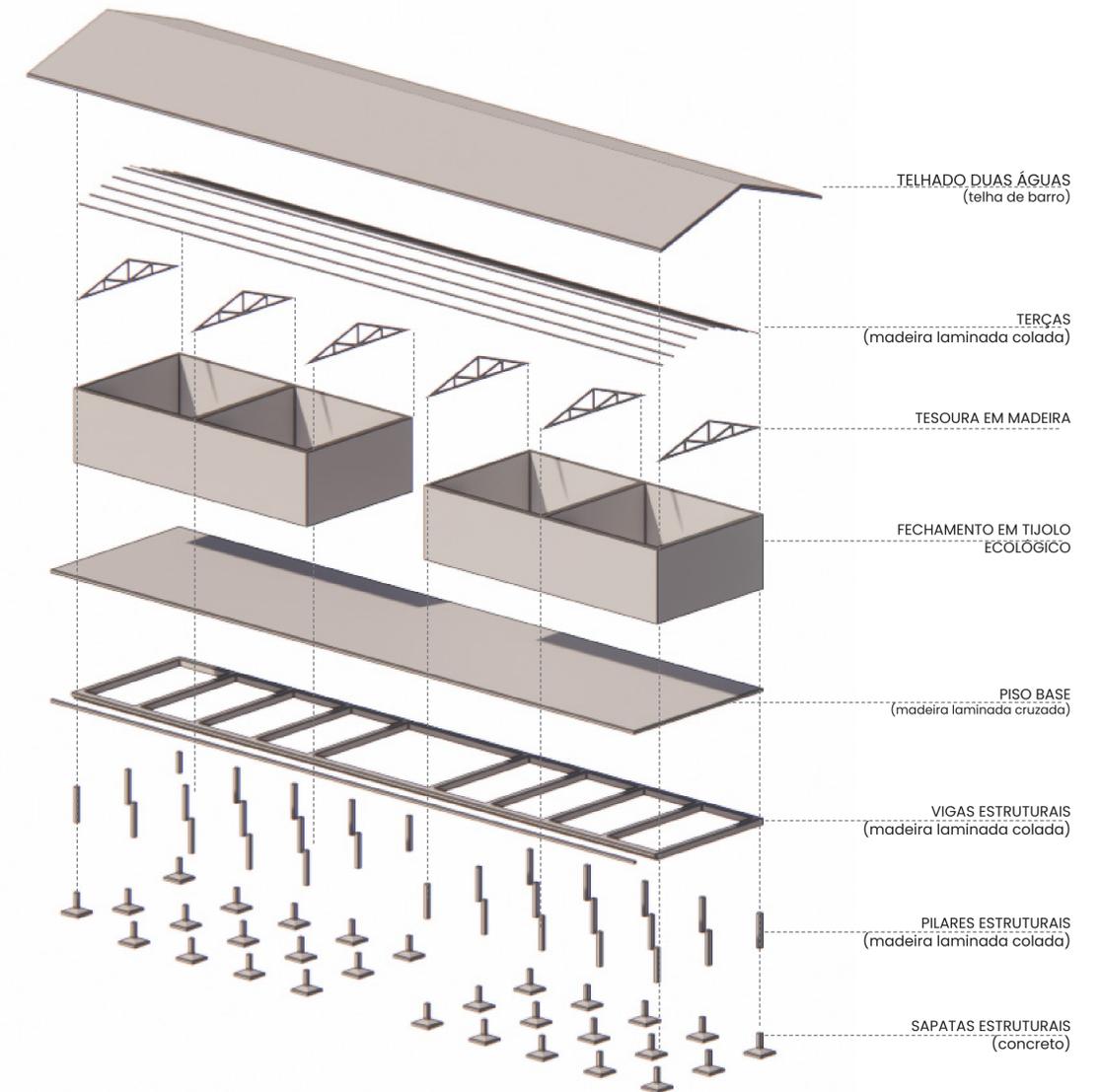
CORTE LONGITUDINAL
ESCALA 1:500



PLANTA LAYOUT BLOCO RESIDENCIAL E SANITÁRIOS
 ESCALA 1:75
 LEGENDA:
 1 - RESIDENCIAL | 2 - SANITÁRIOS | 3 - DECK | 4 - LAVANDERIA COLETIVA

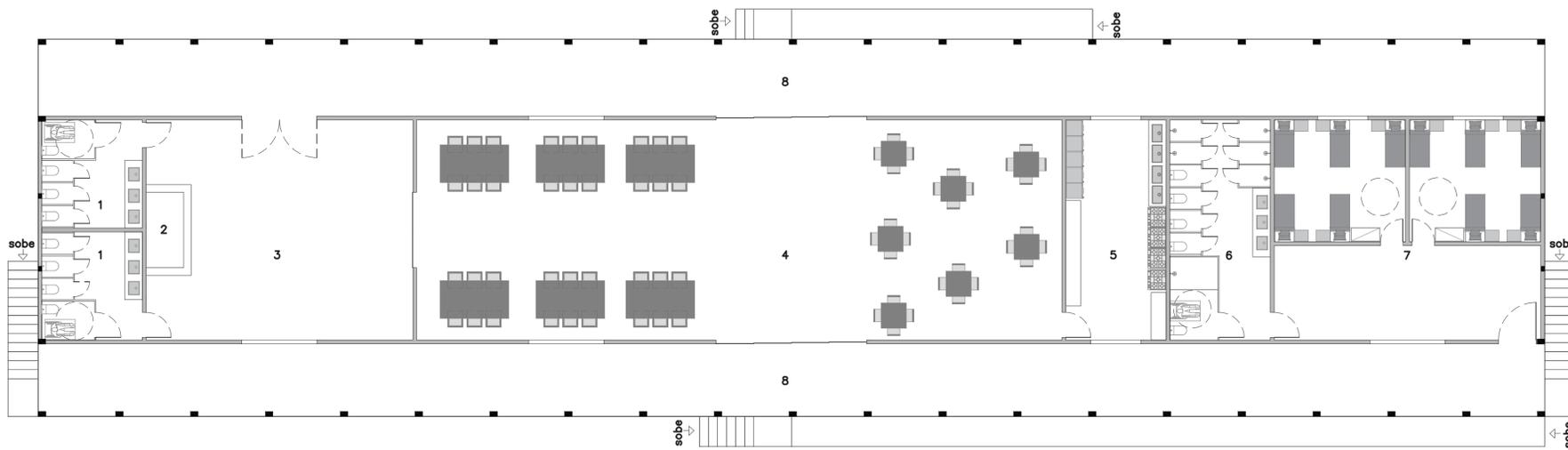


PLANTA ESTRUTURAL BLOCO RESIDENCIAL E SANITÁRIOS
 ESCALA 1:75



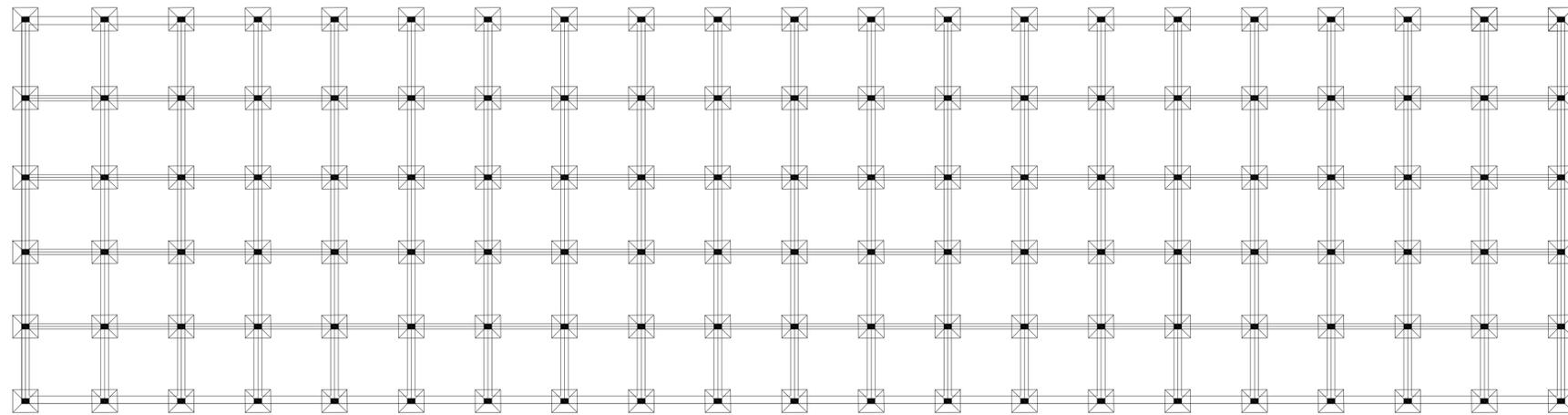
CORTE BLOCO RESIDENCIAL
 ESCALA 1:50



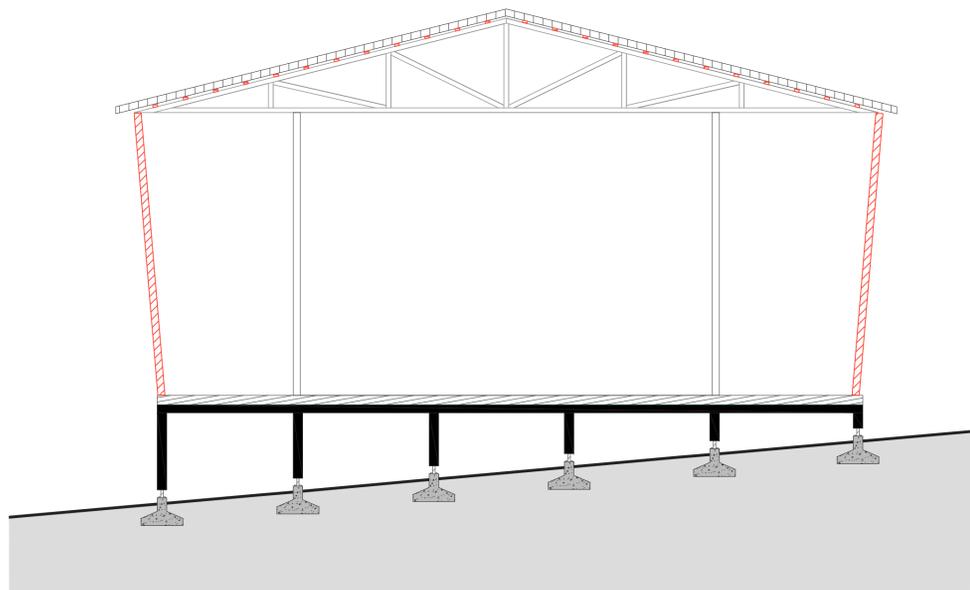


PLANTA LAYOUT BLOCO COLETIVO
ESCALA 1:125

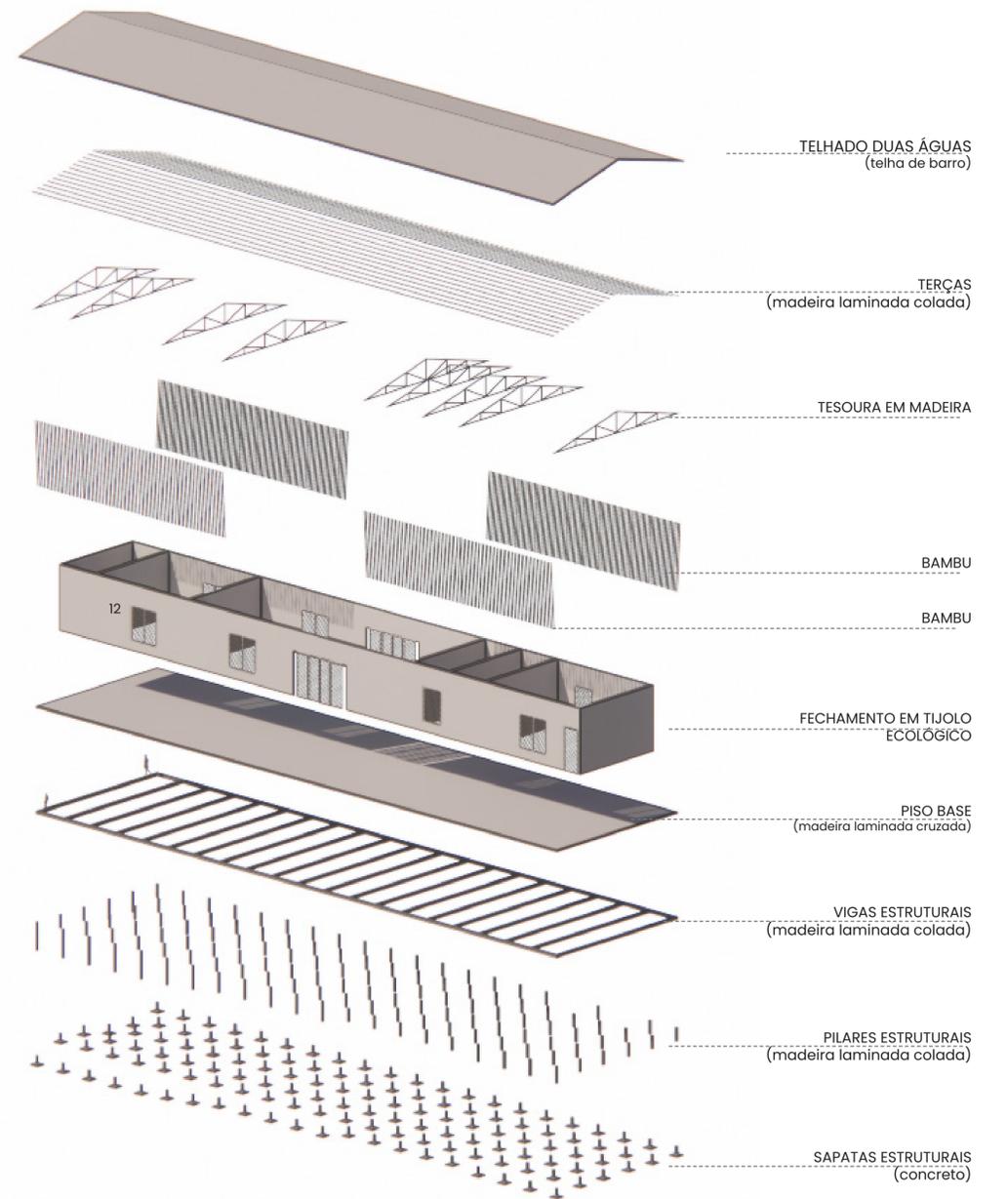
LEGENDA:
1 - SANITÁRIOS | 2 - LOJA | 3 - CONVIVÊNCIA | 4 - REFEITÓRIO/RESTAURANTE
5 - COZINHA COLETIVA | 6 - VESTIÁRIO | 7 - CENTRO DE APOIO MULHERES



PLANTA ESTRUTURAL BLOCO COLETIVO
ESCALA 1:125



CORTE BLOCO COLETIVO
ESCALA 1:75







ANEXO C - TERMO DE AUTORIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O presente termo é documento integrante de todo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser submetido à avaliação da Instituição de Ensino como requisito necessário e obrigatório à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

EU, Amanda Deia de Souza,
CPF 48596753800, Registro de Identidade 38.702.539-X,
na qualidade de estudante de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Instituição de Ensino USJT, declaro que o Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em anexo, requisito necessário à obtenção do grau de
Arquiteta Urbanista, encontra-se plenamente em conformidade com os critérios
técnicos, acadêmicos e científicos de originalidade.

Nesse sentido, declaro, para os devidos fins, que:

- a) o referido TCC foi elaborado com minhas próprias palavras, ideias, opiniões e juízos de valor, não consistindo, portanto PLÁGIO, por não reproduzir, como se meus fossem, pensamentos, ideias e palavras de outra pessoa;
- b) as citações diretas de trabalhos de outras pessoas, publicados ou não, apresentadas em meu TCC, estão sempre claramente identificadas entre aspas e com a completa referência bibliográfica de sua fonte, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela normatização;
- c) todas as séries de pequenas citações de diversas fontes diferentes foram identificadas como tais, bem como às longas citações de uma única fonte foram incorporadas suas respectivas referências bibliográficas, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que, caso contrário, as mesmas constituiriam plágio;
- d) todos os resumos e/ou sumários de ideias e julgamentos de outras pessoas estão acompanhados da indicação de suas fontes em seu texto e as mesmas constam das referências bibliográficas do TCC, pois fui devidamente informado(a) e orientado(a) a respeito do fato de que a inobservância destas regras poderia acarretar alegação de fraude.

O (a) Professor (a) responsável pela orientação de meu trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentou-me a presente declaração, requerendo o meu compromisso de não praticar quaisquer atos que pudessem ser entendidos como plágio na elaboração de meu TCC, razão pela qual declaro ter lido e entendido todo o seu conteúdo e declaro que o trabalho desenvolvido é fruto de meu exclusivo trabalho.

Amanda Deia de Souza
Assinatura do Estudante

Ciente, Frick W.
Assinatura do Orientador

Local e data:

São Paulo, 01 de dezembro de 2023